

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

LUIZ GUSTAVO DO CARMO

**A PARTICIPAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE AMIGOS DE BAIRRO NA
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO
VILLA BRANCA EM JACAREÍ, SP**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2018

LUIZ GUSTAVO DO CARMO

**A PARTICIPAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE AMIGOS DE BAIRRO NA
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO
VILLA BRANCA EM JACAREÍ, SP**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal” - Orientadora: Profa. Msc. Ana Cristina Macedo Magalhães.

CURITIBA - PR

2018



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Gestão Pública Municipal



TERMO DE APROVAÇÃO

A PARTICIPAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE AMIGOS DE BAIRRO NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO VILLA BRANCA EM JACAREÍ, SP

Por

LUIZ GUSTAVO DO CARMO

Monografia apresentada às 13:00, do dia 24 de outubro de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Turma , ofertado na modalidade de Ensino a Distância, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Ana Cristina Macedo Magalhães
UTFPR - Curitiba
(orientador)

Joao Mansano Neto
UTFPR - Curitiba

Giovanna Pezarico
UTFPR - Curitiba

AGRADECIMENTOS

À minha família que compreendeu os meus momentos de ausência nos últimos meses em especial aos meus filhos Maria Fernanda e Miguel, que precisaram cooperar com a manutenção do silêncio em meus momentos de estudo.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), por meio do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, com todos os seus colaboradores, professores, tutores e a secretaria do Polo São José dos Campos, pelo empenho e dedicação empenhados desde o início do curso de especialização em gestão pública municipal.

A todos, meus singelos agradecimentos.

RESUMO

CARMO, L. G. A Participação das Associações de Amigos de Bairro na Gestão Pública Municipal: Um Estudo de Caso do Bairro Villa Branca em Jacareí, SP. 2018. 63 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal. Curitiba, 2018.

A realização deste trabalho possibilitou a condensação de conhecimentos técnicos específicos em uma atuação prática, voltada ao reconhecimento e análise de uma realidade territorial brasileira, avaliada a partir dos preceitos da administração pública legal e da avaliação prática de uma organização popular localizada em um bairro do município de Jacareí, SP. Os dados obtidos foram captados a partir do estudo de caso da associação de moradores do bairro Villa Branca e por um estudo de campo baseado na aplicação de uma entrevista semiestruturada ao coordenador dessa entidade. Os resultados foram contextualizados por levantamentos bibliográficos que foram decodificados pelos conhecimentos obtidos ao longo do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal (UFTPR – 2017), e validados pela experiência profissional, regionalizada e pessoal do pesquisador responsável. Os achados de pesquisa apontam para uma baixa representatividade popular via sociedade civil organizada a partir de associações de amigos de bairro no município pesquisado. Este fenômeno foi observado pelo número reduzido deste tipo de associações regularizadas e reconhecidas pelo poder público local e pelo baixo número de moradores envolvidos com as rotinas cotidianas da entidade considerada. Entre as hipóteses para este baixo envolvimento social organizado é possível citar algumas fragilidades da administração pública local como a falta de incentivos a criação, manutenção e regularização dessas associações, a pouca transparência e publicidade sobre a prestação dos serviços públicos de interesses locais ou a falta de regulamentações municipais nesta seara.

Palavras-chave: Associação de moradores; Constituição de 1988 e Democracia.

ABSTRACT

CARMO, L. G. The Participation of Neighborhood Friends Associations in Municipal Public Management: A Case Study of the Villa Branca Neighborhood in Jacareí, SP. 2018. 63 f. Monograph (Specialization in Municipal Public Management) - Graduate Program in Municipal Public Management. Curitiba, 2018.

The accomplishment of this work allowed the condensation of specific technical knowledge in a practical action, directed to the recognition and analysis of a Brazilian territorial reality, evaluated from the precepts of the legal public administration and the practical evaluation of a popular organization located in a neighborhood of the municipality of Jacareí, SP. The data obtained were obtained from the case study of the association of residents of the neighborhood Villa Branca and a field study based on the application of a semi-structured interview to the coordinator of this entity. The results were contextualized by bibliographical surveys that were decoded by the knowledge obtained during the Specialization Course in Municipal Public Management (UFTPR - 2017), and validated by the professional, regional and personal experience of the researcher in charge. The research findings point to a low popular representation through organized civil society from associations of neighborhood friends in the municipality surveyed. This phenomenon was observed by the reduced number of this type of associations regularized and recognized by the local public power and by the low number of residents involved with the daily routines of the entity considered. Among the hypotheses for this low organized social involvement is the lack of incentives for the creation, maintenance and regularization of these associations, the lack of transparency and publicity about the provision of public services of local interest or the lack of regulations in this area.

Keywords: Association of residents; 1988 Constitution and Democracy

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Parâmetros Classificatórios do IDHM.....	29
Tabela 2 – Evolução do IDHM do Município de Jacareí 1991 / 2010.....	29
Tabela 3: Ranking do IDHM dos Municípios do Estado de São Paulo 2010.....	30
Quadro 1: Características Compiladas sobre a Gestão Pública do Município de Jacareí.	34
Quadro 2: Características Compiladas sobre o Bairro Villa Branca em Jacareí.....	37
Quadro 3: Características e Falas Compiladas sobre o Presidente da SAB Villa Branca...	39
Quadro 4: Características Compiladas sobre a SAB Villa Branca.....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Objetivos Gerais.....	10
1.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 Metodologia.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 Associação de moradores.....	12
2.2 Constituição de 1988.....	16
2.3 Democracia.....	19
3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	23
3.1 Caracterização da pesquisa.....	23
3.2 Procedimentos da pesquisa.....	26
4 O MUNICÍPIO DE JACAREÍ, SP.....	28
4.1 Aspectos geográficos.....	28
4.2 Histórico do município.....	28
4.3 Aspectos socioeconômicos.....	29
4.4 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.....	30
4.5 O estudo de caso: a caracterização do bairro Villa Branca.....	32
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE A - Entrevista Semi-Estruturada destinada ao Presidente da SAB Villa Branca.....	52

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo refere-se à experiência obtida com a aplicação do conhecimento adquirido ao longo da formação acadêmica do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR - 2018), em atividade obrigatória de conclusão deste processo formativo. Neste sentido, os métodos, técnicas e conceitos considerados pelo pesquisador responsável coadunam com os preceitos da Administração Pública legal e idealizam assegurar o retorno social do conhecimento apreendido.

Partindo-se do pressuposto de que as pessoas naturalmente se reúnem, de modo organizado ou não, na intenção de solucionar seus problemas e com isso melhorarem suas condições de existência (LANA, 2015), o presente estudo buscou fundamentar sua pesquisa a partir de um estudo de caso sobre as peculiaridades de uma associação de moradores. Este tipo de organização popular foi escolhida por ser tradicionalmente um espaço de debates e deliberações civis acerca dos problemas e soluções de determinado território junto ao poder público local (LANA, 2015).

Corroborando-se com essa definição, a pesquisa realizada procurou estudar o impacto social da participação civil organizada nas relações entre a população de moradores do bairro Villa Branca e a gestão pública municipal. A partir de então foi pretendido responder como a sociedade de amigos do bairro (SAB) Villa Branca na cidade de Jacareí, SP se organiza para alcançar uma coesão social e sanar suas reivindicações públicas e comunitárias no atual Estado democrático de direito?

Tal questionamento se faz pertinente por reconhecer que no atual regime democrático brasileiro a participação da sociedade civil organizada se destaca como um dos pilares do controle social e da pressão coletiva sobre os atos do Estado. Esta possibilidade de fiscalização e influencia nas tomadas de decisões sobre os atos da administração pública em suas ações locais, potencializam os recursos empenhados em determinado território e diminuem os riscos do mau uso do erário.

Essa representatividade popular citada anteriormente pode ser resumida de acordo com Malmegrim (2014) pela participação da sociedade civil na administração das ações do Estado como uma ação planejada e estabelecida no direito dos indivíduos em interferir na condução da vida pública, direta ou indiretamente, a partir de mecanismos de controle social como no caso das sociedades de amigos de bairros (SAB).

Assim, se admite que há um impacto social decorrente da qualidade da relação existente entre a participação civil organizada, com suas demandas e expectativas, e a gestão pública, com suas obrigações e limitações, e que o reconhecimento destas condições são importantes para a manutenção das boas praticas e para o aperfeiçoamento das fragilidades envolvidas.

Ao se analisar a participação popular organizada através das associações de bairros nas diferentes esferas da gestão pública municipal, delimitada pelo caso da SAB Villa Branca, SP buscou-se entender como esta entidade interage com a administração pública do município frente às suas demandas por serviços públicos essenciais de competência da administração local.

Além disso, o presente estudo se propôs a descrever quais foram as principais mudanças (políticas, sociais e econômicas) que ocorreram no Brasil com o surgimento da República Federativa e o Estado democrático de Direito. Esta meta se torna pertinente pela possibilidade de se apresentar as nuances da realidade local sobre as consequências das evoluções dos direitos civis e individuais dos últimos 30 e relacioná-las com o aumento da autonomia e do poder administrativo dos municípios chancelados pela promulgação da Constituição de 1988.

Por fim, foi estabelecida como prioridade a intenção de se identificar as principais dificuldades e motivações na manutenção das atividades comunitárias da SAB Villa Branca. Esse esforço se justifica pela possibilidade de reconhecimento das contingencias capazes de influenciarem na criação, manutenção e na intensidade da participação popular nessas entidades, e conseqüentemente gerar dados que possam servir de balizadores para outras realidades territoriais com similaridades socioeconômicas.

1.1 Objetivos Gerais

- Estudar o impacto social da participação civil organizada nas relações entre a população de moradores do bairro Villa Branca e a gestão pública municipal.

1.2 Objetivos Específicos

- Analisar a participação popular organizada através das Associações de Bairros nas diferentes esferas da gestão pública municipal. O caso da SAB Villa Branca em Jacareí, SP.

- Descrever quais foram as principais mudanças (políticas, sociais e econômicas) que ocorreram no Brasil com o surgimento da República Federativa e o Estado democrático de direito;
- Identificar as principais dificuldades e motivações na manutenção das atividades comunitárias da SAB Villa Branca;

1.3 Metodologia

Definido o delineamento inicial da presente pesquisa sua condução ocorreu com base em consultas bibliográficas, documentais, na observação participante do pesquisador e na realização de uma entrevista semiestruturada, aplicada no território investigado, ao coordenador da entidade de estudo. Assim, os dados colhidos foram tabulados, contextualizadas e transformadas em informações que mais tarde serviram de base para a comparação, reflexão e interpretação da realidade do objeto de pesquisa, ou seja, a associação de moradores e suas inter-relações com o poder público municipal.

Considerando as normas científicas da classificação metodológica o presente estudo pode ser definido de acordo com seus procedimentos e objetivos, como: um estudo de caso, um estudo de campo, uma pesquisa bibliográfica e documental, além de ser exploratório e descritivo (GIL, 2002).

Os dados obtidos possuem valores idiossincráticos que não podem ser quantificados, deste modo, foram comparados com os referenciais teóricos e documentais consultados, contextualizados com as anotações textuais da observação participante e das respostas da entrevista aplicada, para ao final, serem avaliados qualitativamente. Esta etapa final do estudo teve como norteador os ensinamentos de Minayo (2009) que avalia que estes tipos de fenômenos tipicamente humanos são entendidos como parte da própria realidade social e, portanto, servem de base para interpretações individuais das realidades compartilhadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seção a seguir foi construída com base em levantamentos bibliográficos relacionados ao tema participação popular, procedentes de acervos científicos brasileiros, além do delineamento do contexto sócio histórico do município de Jacareí e do bairro Villa Branca, advindos de documentos de livre acesso a população e sites da internet.

Os resultados obtidos foram selecionados a partir da descrição da evolução histórica e econômica da cidade de Jacareí, SP e da comunidade considerada, somados aos referenciais acerca do próprio desenvolvimento dos processos democráticos e constitucionais brasileiros dos últimos 30 anos.

2.1 Associação de moradores

De forma didática as sociedades podem ser classificadas de acordo com o predomínio do poder atribuído por elas a seu Estado ou a Sociedade Civil, o primeiro com o seu poder centralizado e estruturado, o outro, com o seu poder difuso, mas real, estabelecido nas empresas, nas associações e sindicatos, nas organizações religiosas ou nas famílias. Nas sociedades modernas essa conexão entre sociedade civil e Estado é mediada pelas práticas democráticas e eleitorais, pela existência das câmaras legislativas e partidos políticos (PEREIRA, 1995).

Sendo assim, a sociedade civil que engloba todas as relações que estão à margem do Estado, mas que de alguma forma exercem influência sobre ele, é personificada pelo advento do termo povo, formado por seus cidadãos, que se organizam formal ou informalmente, em classes sociais, frações de classe, grupos de interesse ou até mesmo em associações (PEREIRA, 1996). Neste sentido, uma alternativa de organização popular local são as associações de moradores reconhecidas por serem: “entidades formais, com personalidade jurídica e com competência para representar, mediar e deliberar sobre os anseios difusos das coletividades que representam” (LANA, 2015, p. 20).

Tendo em vista que estas definições de sociedade civil versam sobre a forma pela qual as classes dominantes se organizam fora do Estado para controlá-lo e pô-lo a seu serviço, não se torna razoável, por consequente, utilizá-lo como sinônimo direto dos termos povo ou população, que se referem apenas ao conjunto de cidadãos com os mesmos direitos civis dentro de um determinado território adstrito (PEREIRA, 1996). Neste sentido Malmegrim (2014) destaca que a concepção de controle de grupos e de instituições fundamentados na

pressão coletiva sobre os atos do Estado em defesa de seus interesses comuns, historicamente tem privilegiado os mais favorecidos na estrutura social conforme citado anteriormente.

Dito isso e com base no objetivo de se estabelecer referenciais teóricos que possam elucidar a natureza conceitual das associações de bairro, considerando suas formas de organização, sua legitimidade frente a sua comunidade e o poder administrativo do Estado, o presente estudo buscou reunir considerações capazes de trazer uma maior compreensão sobre o tema. Deste modo, o primeiro termo elencado e que harmoniza com a ideia de “associação” é o substantivo “participação” que se refere ao envolvimento de um indivíduo com as relações que o cercam, ou dito de outro modo, pode ser entendido como associar-se, tomar parte ou afetar-se com alguma situação, pessoa ou grupo (LANA, 2015).

Pensando de modo análogo, Pereira (1995) enfatiza que nas sociedades pré-democráticas o Estado estava a serviço da classe ou grupo poderoso que o controlava, estando, portanto, a serviço de interesses privados. O mesmo autor ainda conceitua que de modo oposto o avanço da democracia proporcionou a desprivatização do Estado, mas a manutenção de sua condição de propriedade coletiva dependerá sempre da participação popular neste processo.

Ao se examinar a semântica do termo “participação” é possível encontrar diversas definições como, por exemplo, a defendida por Bordenave (1994 apud LANA, 2015) que entende que a mesma serve pode descrever uma infinidade de situações possíveis de acordo com o contexto envolvido, podendo se enquadrar em: de fato, espontânea, imposta, provocada, voluntária ou concedida.

Assim, a participação “de fato” se refere aquela exercida naturalmente nas relações sociais e cotidianas, a “espontânea” a que leva a formação de grupos por afinidade, porém sem propósitos claros e a “imposta” a que obriga o sujeito a participar de um grupo em razão de regras sociais, religiosas ou legais. Já a “provocada” ocorre quando um determinado grupo evoca a participação de outro como voluntário na resolução de suas demandas, a “voluntária”, utilizada no modelo de associação, é decorrente de grupos criados pelos próprios participantes que estabelecem suas regras e metas, e por fim, a concedida é aquela permitida pelas autoridades superiores a seus subordinados (BORDENAVE 1994 apud LANA, 2015).

Transposto ao contexto da democracia e de modo análogo aos objetivos das associações civis, o verbo “participar” apenas pode ser considerado efetivo caso consista em fazer parte, tomar parte e ter parte, de modo que os indivíduos envolvidos se sintam tão responsáveis com determinada situação, que decidam “tomar parte” da ação, cada qual com

suas possibilidades, mas todos em prol de uma construção comum e voluntária (BORDENAVE, 1994 apud LANA, 2015).

Uma forma tradicional desse tipo de organização de pessoas são as associações de moradores que se afiguram como entidades apartidárias e representativas, que se estruturam como os interlocutores entre a população local e o poder público, além de proporem soluções contra lentidões e equívocos dos gestores governamentais. Assim, a participação social na gestão pública é um comportamento necessário ao exercício de democracia, haja vista que fiscaliza e orienta a utilização de recursos financeiros advindos do pagamento dos impostos e leva ao conhecimento dos governantes as reivindicações da população (LANA, 2015).

No contexto da participação popular, o controle social pode ser entendido como: “um instrumento democrático no qual há a participação dos cidadãos no exercício do poder colocando a vontade social como fator fundamental para a criação de metas a serem alcançadas no âmbito de algumas políticas públicas e para a implementação de mecanismos de fiscalização e de prestação de contas do uso dos recursos públicos” (MALMEGRIM, 2014, p. 92).

Diante disso, para se firmarem como representantes da sociedade civil junto ao poder público, não bastam que as SAB's sejam constituídas voluntariamente por seus pares, estas entidades precisam se submeter a regulamentações legais que regem o seu funcionamento e garantem seu reconhecimento junto ao Estado ou outros setores sociais (MINAS GERAIS, 2010). Sobre esta consideração é salutar se reforçar que de acordo com a Constituição Federal em seu artigo 5º, alínea XVIII, a criação de associação não depende de prévia autorização sendo vedada inclusive a interferência estatal em seu funcionamento (BRASIL, 1988).

Assim, para se regularizarem, as associações comunitárias devem possuir as atas de sua fundação, reuniões e de eleições, assinados por todos os seus membros, além de estatuto de funcionamento da entidade subscrito por advogado responsável. Por fim, as inscrições destes atos constitutivos devem estar escritas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas do município (MINAS GERAIS, 2010).

Superada as etapas anteriormente descritas as associações de moradores ainda precisam estar escritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), além de declarar uma vez ao ano sua isenção no Imposto de Renda da Receita Federal brasileira. O descumprimento destas exigências implicam em multas aos seus dirigentes, o não reconhecimento do poder público sobre sua legitimidade ou até mesmo no fim da entidade (LANA, 2015).

De modo complementar vale ressaltar que a lei não faz referência a um número mínimo de associados na composição destas entidades, no entanto, por serem constituídas pela “união de pessoas” nos termos do art. 53 do Código Civil, conclui-se pela necessidade de um mínimo de dois associados. Ainda existem as defesas de juristas que pregam a necessidade de três ou mais associados para que haja a formação de maiorias nas votações, ou ainda, quem defenda o mínimo de seis associados, sendo que dois seriam responsáveis pela composição de seus órgãos internos (MINAS GERAIS, 2010).

Sobre a composição mínima da estrutura dessas entidades é possível considerar como obrigatório nos termos das leis que as regem, a existência de, no mínimo, três órgãos que são:

- Assembleia Geral, que decidirá sobre as questões de maior importância para a entidade (para realizar uma Assembleia Geral é necessário convocar os associados, nos termos do estatuto da entidade, que votarão os assuntos colocados em discussão);
- órgão executivo, ou seja, Diretoria, que vai administrar a associação e representar seus associados;
- Conselho Fiscal, órgão de controle interno, que fiscaliza os atos de gestão da entidade (MINAS GERAIS, 2010, p. 8).

O reflexo negativo dos altos custos financeiros para a regularização jurídica e fiscal das associações de moradores, no dispêndio de taxas, impostos, outorgas de carimbo, certidões públicas, contratação de contadores e advogados, resultam no enfraquecimento ou fim destas entidades. Como consequência dessa barreira a participação das associações de moradores na criação e implementação de estratégias que as permitam influenciarem as tomadas de decisão do poder público é prejudicada, resultando em um golpe ao estabelecimento das práticas democráticas (LANA, 2015).

A ausência de regularidade jurídica de uma associação de moradores resulta em sua inexistência legal frente ao poder público e decorre em sua impossibilidade de participação em projetos oficiais do Estado como conferências municipais e audiências públicas oficiais, bem como, de representar a sociedade civil organizada em projetos de empresas privadas (LANA, 2015).

Considerando que quando uma associação de moradores deixa de atuar, as reivindicações da população local são recebidas pelos gestores de forma avulsa, carregadas de individualismos e interesses pessoais que nem sempre representam a comunidade e podem inclusive se oporem aos interesses da maioria. Assim, a busca pela sustentação destas entidades passa necessariamente pela superação dos desafios de atenderem aos ritos legais e custos financeiros envolvidos com sua criação e manutenção (LANA, 2015).

Neste sentido o presente estudo buscou compreender que contingências controlam o atual funcionamento da referida associação investigada e se estas condições são facilitadas pelo poder público local. Não obstante, se faz necessário primeiro se analisar como se deu o processo democrático brasileiro que permitiu a participação popular na resolução de suas demandas locais, a partir da promulgação da Constituição de 1988.

2.2 Constituição de 1988

De acordo com Salles (2012) os poderes locais possuem um papel de interface entre o cidadão e as esferas estadual e federal de governo, de modo que a estruturação do poder no plano federativo defini o nível de participação do cidadão em seu plano administrativo local. O autor conclui que, no entanto, para a maioria dos brasileiros a forma como os governos municipais se relacionam com os Estados e a União nunca foi claro.

Assim, para se compreender a dinâmica da participação social na gestão dos municípios brasileiros é necessário se analisar antes em que contexto se desenvolveu o processo de descentralização do poder administrativo do país, inicialmente impulsionado pela pressão popular e que resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988 (SALLES, 2012).

Nesse sentido, é possível afirmar que foi a partir da promulgação da Constituição de 1988, que houve a criação de condições que permitiram a retomada da representatividade civil na fiscalização e desenvolvimento dos interesses públicos e conseqüentemente no fortalecimento da participação popular e na aquisição de autonomia administrativa dos municípios (SALLES, 2012).

Estas condições transpostas ao termo cidadania faz referência a um conjunto de direitos que permite aos cidadãos participarem de modo ativo na condução do Governo e da sociedade, relacionando-se assim diretamente a ideia de participação civil e de responsabilidade social de seus membros (MALMEGRIM, 2014).

Corroborando com o processo democrático a carta magna brasileira define em seu texto constitucional logo em seu artigo 1º, parágrafo único, que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). Seus preceitos versam, portanto, sobre um poder alternativo e complementar aquele exercido por meio de representantes eleitos, ou seja, consagra a participação direta do cidadão na gestão pública (LANA, 2015).

Sobre esta temática Lana (2015) reconhece que a luta por direitos coletivos que atingem individualmente a vida de todos foi uma constante revelada ao longo da história

brasileira, sobretudo, com a elaboração e promulgação da Constituição de 1988, que possibilitou a redemocratização brasileira pela regulamentação p etra dos seus direitos civis de seus cidadãos (LANA, 2015).

Diante desta análise e ao se considerar o somatório de dura o dos diferentes sistemas políticos autoritários existentes no Brasil ao longo do século XX, com os oito anos do Estado Novo (1937 -1945), os 41 anos da República Velha conhecida também como “República dos Coronéis” (1889-1930) e por fim, os 21 anos da Ditadura Militar (1964-1985),   possível se concluir que até 1988 houve pouca evolu o democrática no país (SALLES, 2012).

Desafiando seu passado de autoritarismo o atual estado democrático brasileiro, longe de seu pleno desenvolvimento, ainda está em um processo contínuo de consolida o de suas boas praticas, tanto em seus procedimentos quanto em suas rela o cotidianas, sobretudo, nas esferas municipais em sua luta contra os mandonismos, clientelismos e populismos (SALLES, 2012).

Contextualizando esta passagem contemporânea ao estudo promovido,   possível afirmarmos que o direito a democracia, mesmo com suas limita o e fragilidades,   um fator fundamental para que a sociedade possa se organizar, fiscalizar o poder público e reivindicar o retorno social do pagamento de seus impostos (LANA, 2015).

Pereira (1997) enfatiza que a situa o política mundial entre os anos de 60 e 70, quando os regimes autoritários de direita assumiram o poder em um grande número de países, sobretudo na América Latina, foi marcada por uma acentuada supressão dos direitos civis e políticos que forçaram os grupos de esquerda a se rebelarem em oposi o a esses governos.

Como consequência desse processo foi diante de uma escalada da violência destes regimes autoritários contra esta oposi o de esquerda, composta em sua maioria por cidadãos da classe média, que “tornou-se necessário se revalidar os direitos políticos, expressos na democracia, e os direitos civis, agora ampliados para as camadas mais pobres da popula o” (PEREIRA, 1997, p. 155).

Salles (2012) pondera que o Brasil acompanhou esta tendência da época, sobretudo por seu histórico de alternância entre maior e menor centraliza o de seu poder político, não ter sido suficiente para alterar sua cultura predominantemente centralizadora do poder. Neste sentido, o autor relembra que essa característica brasileira ganhou grande destaque durante os 21 anos de seu comando sob a égide da Ditadura Militar (1964 – 1985), que entre outros, impediu a partilha do poder decisório da Federa o com seus municípios.

Este cenário começou a mudar a partir dos avanços conquistados com a promulga o da Constitui o de 1988, que proporcionou aos poderes locais a possibilidade de participa o

na tomada de decisões em seus territórios. Deste modo, guiados por diferentes setores da sociedade e seguindo essa mesma tendência mundial, houve no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1970, o avanço da insatisfação popular em relação ao modelo governamental da época, que culminou em uma reivindicação nacional a favor do retorno da institucionalidade democrática (SALLES, 2012).

Esta ânsia pela retomada da democracia ocorreu após um longo período de Ditadura Militar, e foi estimulada por uma estagnação econômica proveniente da interrupção de um ciclo virtuoso de crescimento econômico do país, fato que gerou entre outros, fortes questionamentos acerca do modelo de divisão tributária vigente (SALLES, 2012).

Os somatórios desses acontecimentos negativos possibilitaram que os anos de 1980 fossem vivenciados pela história contemporânea brasileira como um período fértil em avanços políticos, que culminaram na construção da Assembleia Constituinte de 1987 e na posterior promulgação da Constituição de 1988. Este processo foi responsável pelo rompimento de uma tradição proveniente do período Colonial brasileiro, ou seja, a de manter a centralização do poder decisório do país nas esferas Federais e Estaduais (SALLES, 2012).

Salles (2012) relembra que um dos nomes importantes nesse processo de redemocratização brasileira, foi o deputado federal Ulysses Guimarães, que comandou a Assembleia Constituinte no ano de 1987 que deu origem a construção e posterior promulgação da Constituição de 1988, ou simplesmente, “Constituição Cidadã”. O mesmo autor enfatiza que entre as muitas transformações dessa nova Constituição é possível citar a consolidação dos direitos dos cidadãos brasileiros, além da restauração do reconhecimento dos municípios como entes federativos ao lado da União e de seus Estados membros.

Essa descentralização administrativa e política dos entes federativos do Brasil pode ser observada no artigo 18 da Constituição de 1988 na qual descreve que: “A organização político-administrativa da república Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Houve assim a equiparação de poderes administrativos dos municípios em relação aos já atribuídos a União e aos Estados, esta nova prerrogativa institucional possibilitou também a criação de uma nova repartição tributária que acarretou em uma maior autonomia financeira das cidades (SALLES, 2012).

De modo complementar a Constituição Federal de 1988, também instituiu as diversas competências atribuídas aos Estados, Municípios e União. No caso específico dos municípios de acordo com dispostos no Capítulo V do artigo 30 da Carta Magna, estão sob suas

responsabilidades, entre outros, a organização e a prestação, direta ou sob o regime de concessão ou permissão, dos serviços públicos de interesse local (BRASIL, 1988).

Sobre os serviços de interesse local, Malmegrim (2014) enfatiza que essas tarefas atribuídas à competência da administração pública dos municípios, envolvem a realização de alguns serviços essenciais à população como os descritos a seguir:

Edificar e conservar prédios públicos municipais; construir e conservar vias urbanas, pontes e viadutos, estradas e caminhos vicinais, praças, parques, jardins e hortos florestais; sinalizar vias públicas urbanas e rurais; realizar serviços de assistência social; manter creches, orfanatos, albergues, matadouros, além do serviço de defesa do consumidor; prestar assistência e orientação judiciária gratuita; manter e fiscalizam mercados e feiras livres; prover serviço de iluminação pública; operar cemitérios e serviços funerários; e realizar atividades de defesa civil, inclusive de combate a incêndios e de preservação de acidentes naturais (MALMEGRIM, 2014, p.60).

Compreendidos deste modo os efeitos da abertura política ocorrida no Brasil no início dos anos 1980, foram celebrados por sua população que viveu um longo período de ditadura militar desde 1964, e geraram uma ressignificação da participação da sociedade civil na gestão do Estado. Houve com isso uma gradativa ampliação das práticas e dos discursos sobre a participação social brasileira (LANA, 2015).

Diante deste cenário como nos ensina Viegas: “a valorização da atuação dos cidadãos foi então consagrada pela Constituição da República promulgada em 1988, notoriamente denominada “Constituição Cidadã”, face às inúmeras garantias sociais e formas de participação que estabeleceu” (2003, LANA, 2015, p. 22).

Notoriamente nesta direção, o presente estudo se presta a elencar na seção seguinte os efeitos práticos que o estabelecimento de uma constituição dita “cidadã” teve na transformação de práticas antes cerceada pela centralização do poder decisório e agora mediadas pelos direitos civis defendidos pelos preceitos democráticos.

2.3 Democracia

Os Direitos que regulam a vida social em um regime democrático de poder como no caso do Brasil, podem ser definidos como sendo “o conjunto de direitos e obrigações dos cidadãos e das pessoas jurídicas que o Estado reconhece e assegura” (PEREIRA, 1995, p. 148). Neste sentido se torna relevante entender em que conjuntura geopolítica se puderam determinar tais especificidades para o termo citado acima.

Com este objetivo é possível recorrermos a Pereira (1997) que avalia que foi a partir do surgimento do capitalismo e da mais valia capitalista, que a apropriação do excedente econômico deixou de ser atribuído ao controle direto do Estado sobre o mercado e passou a ser entendido como o resultado de uma troca de equivalentes mediada por interesses privados. Foi sob este contexto que se teve as condições necessárias para o surgimento das democracias modernas, cenário em que o cidadão é reconhecido como membro, dotado de direitos e capaz de intervir na produção do Direito que o rege.

Ainda neste sentido, Pereira (1997) nos ensina que os direitos sociais foram a base para o surgimento da democracia moderna na segunda metade do século XIX, assim como, os direitos civis e os políticos o foram para todo o século XX. Através dos direitos civis os cidadãos conquistaram o direito a liberdade e a propriedade, e através dos direitos políticos, passaram a participarem do poder político do Estado podendo votar e serem votados.

Em relação aos direitos sociais, eles se referem às suas garantias à sobrevivência digna, com educação, cultura e saúde. No contexto brasileiro, mesmo que estes direitos não tenham sido efetivamente assegurados a sua população ao longo de sua história, tratam-se de condições que foram amplamente discutidas pela sociedade civil e incorporadas na elaboração de sua Constituição pétrea (PEREIRA, 1997).

Dando prosseguimento ao retrospecto da gênese dos direitos civis da modernidade, é possível se observar que o final do século XX reuniu as condições necessárias para o desenvolvimento de uma quarta categoria desses direitos, que se convencionou chamar de “direitos republicanos”, entendidos como o direito de que o patrimônio público seja efetivamente considerado de todos e para todos dentro de uma nação (PEREIRA, 1997).

O surgimento dos direitos republicanos se deve diretamente ao processo de democratização que dominou todo o mundo, e que transformou esse direito um “valor universal”, que exige do cidadão uma constante preocupação pelos temas públicos (PEREIRA, 1997).

Esta mobilização mundial em prol do reconhecimento das necessidades básicas inerentes à existência humana ganhou repercussão global no ano de 1948, com a compilação dos direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, que deram origem a definição do conjunto de garantias universais destinadas a raça humana, intitulada Declaração Universal dos Direitos dos Humanos (PEREIRA, 1997).

. Mesmo com sua evidente importância a popularização da Declaração dos Direitos Humanos só foi possível a partir da década de 1970, impulsionada pelas reivindicações dos direitos civis contra os regimes políticos autoritários dominantes na época (PEREIRA, 1997).

A luta pela garantia dos direitos humanos e a reafirmação dos direitos democráticos, tanto aos contestadores políticos quanto aos fracos e oprimidos, angariaram militantes diversos pelo mundo como: a Igreja Católica entre os anos de 70 e 80 na América Latina, a sociedade civil e a própria imprensa (PEREIRA, 1997).

Tornou-se assim, evidente para os setores democráticos da sociedade, que não era apenas a violação dos direitos humanos dos contestadores políticos que estavam em jogo, era necessário também, se defender os direitos civis das classes mais fracas e oprimidas: adolescentes infratores, índios, posseiros sem-terra, mulheres submetidas à prostituição, homossexuais entre outros (PEREIRA, 1997).

A busca pelo entendimento desse processo político conturbado, sobretudo ao longo das últimas décadas, foi responsável pelo acúmulo de uma extensa literatura a respeito. De todo modo, segundo Vitullo (2006), no caso concreto dos estudos sobre o surgimento da democracia, houve um forte viés metodológico responsável por uma demasiada generalização de resultados, além de se comparar realidades nacionais bastante distintas.

Deste modo, entre os diversos trabalhos desenvolvidos na época, houve a valorização sobre os estudos que pretendiam analisar o surgimento, as crises e os processos de decomposição dos regimes autoritários ocorridos a partir da década de 1970. Estes trabalhos foram fundamentais para firmarem um consenso sobre a denominação do termo “transição” para se caracterizar estes processos (VITULLO, 2006). Assim, a transição foi descrita como um período de duração situada entre a queda de um regime político e o pleno controle proferido pelo novo regime. De acordo com O’Donnell e Schmitter (1988):

a transição consiste no intervalo entre um regime político e outro; este intervalo está delimitado pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário e a investidura de um novo regime político, que tanto pode ser alguma forma de democracia como um novo tipo de regime autoritário ou um regime de caráter revolucionário (1988 apud VITULLO, 2006, p. 351).

Esta vertente do processo de consolidação das práticas democráticas no Brasil, iniciadas, sobretudo a partir de 1980, orientaram a execução de estudos voltados para o desvelamento desta seara e nutriram a elaboração das chamadas teorias da transição democrática no âmbito nacional. Neste sentido, Costa (1997) avalia que houve a manutenção de um paradigma hegemônico que foi responsável pela popularização de um conceito estreito de democracia, centrado exclusivamente na manutenção de “instituições” democráticas, ou seja, eleições livres, direitos civis garantidos e na normalidade da atividade parlamentar.

Costa (1997) avalia que esta tendência favoreceu a propagação de práticas administrativas públicas que ignoraram a distância existente entre a formalização destas instituições e a incorporação da democracia em suas ações cotidianas como agentes públicos. O autor ainda pondera que houve com isso o surgimento de mecanismos de cooptações políticas, capazes de deturparem o alcance da participação popular na administração pública, pois permitiram a influência do Estado no funcionamento de entidades civis e da participação popular no âmbito local.

O resultado desta influência do Poder público sobre os mecanismos de participação popular no Brasil foi responsável por uma generalização do conceito de mobilização social voluntária, que passou a ser reconhecido muitas vezes pela população como um mero apêndice da administração pública, visto que deixou de ser nutrido pelos processos de formação da opinião e vontade de seus cidadãos e se tornaram potenciais instrumentos políticos (COSTA, 1997).

Originalmente distante de cooptações políticas, a democracia implica no desenvolvimento crescente do conceito de cidadania, que se fortalece na medida em que as tensões entre os direitos privados e públicos, ou ainda, os individuais e os coletivos encontram soluções (PEREIRA, 1997).

Estas condições, denominadas cidadania, permitem que os indivíduos adquiram direitos e ampliem sua participação na elaboração de seus próprios Direitos, assim se reconhece que os direitos advindos desses processos são sempre o resultado histórico de lutas de grupos ou nações, por adquiri-los e fazê-los valer. Este regime político permanentemente em construção vai se aperfeiçoando na medida em que a garantia dos direitos civis, políticos e sociais da população vão sendo firmados (PEREIRA, 1997).

Ampliando este entendimento Salles (2012) considera que a efetivação do exercício da Democracia implica sempre na distribuição de recursos, materiais ou simbólicos, o que significa lidarmos com um processo de divisão do poder que para ser alcançado requer a compreensão sobre o quanto este poder está ou não concentrado e em que condições.

Resumidamente Pereira (1997) reconhece a história como um processo civilizatório em que humanidade aprende a viver em sociedade, a mediar seus conflitos e a definir os direitos e deveres de seus membros. De modo similar, o presente estudo buscou compreender como e em que condições, a associação de moradores considerada se mobiliza frente a seu desafio diário de se fazer valer seus direitos e deveres, considerando seu momento sócio histórico reconhecidamente democrático e republicano nos termos descritos.

3. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Com o objetivo de se analisar a experiência de gênese e funcionamento da associação de moradores do bairro Villa Branca no município de Jacareí, SP a presente pesquisa buscou explorar e descrever quais foram às contingências históricas que favoreceram sua criação e as que atualmente influenciam em sua manutenção e tomada de decisões.

3.1 Caracterização da pesquisa

A presente sessão tem por objetivo apresentar a metodologia empregada na coleta, tratamento e análise dos dados da presente pesquisa. As descobertas de Gil (2002) reforçam esta importância ao definir que o elemento mais relevante para a identificação de um delineamento de pesquisa é o procedimento adotado para a coleta de seus dados. Neste sentido existem dois grandes grupos que fornecem material as pesquisas: “aqueles que se valem das chamadas fontes de “papel” e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas” (GIL, 2002, p. 43).

No caso deste estudo foram utilizadas as duas fontes citadas, ou seja, a coleta de dados captados em uma entrevista semiestruturada, conforme Apêndice A, direcionada ao coordenador da SAB considerada, somado à observação participante do pesquisador no território investigado durante a realização desta entrevista. A entrevista como fonte de informação pode fornecer a pesquisa dados primários que só poderiam ser alcançadas com a contribuição da pessoa investigada, pois são construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito acerca de sua realidade (MINAYO, 2009).

Ainda em relação à utilização de entrevistas como técnicas de coleta de dados, Minayo (2009) as definem como conversas baseadas em finalidades, podendo ser classificadas de acordo com as suas estruturas. A autora pontua que no caso das entrevistas semiestruturadas, estas ferramentas combinam perguntas abertas e fechadas, de modo que o entrevistador tem a liberdade de discorrer sobre o tema proposto sem se prender à indagação formulada.

Já a observação participante de acordo com os ensinamentos de Minayo (2009) é uma estratégia de pesquisa pela qual o pesquisador se coloca como um observador de uma situação social, com a finalidade de se realizar uma investigação científica. A autora salienta que neste processo o observador precisa necessariamente estar em relação direta com seu interlocutor no espaço social da pesquisa, neste sentido o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida interfere nele.

A utilização destes procedimentos ainda permite a classificação metodológica desta pesquisa como um estudo de campo, pois focaliza sua atenção em uma comunidade específica e é desenvolvida entre outros, por meio da observação direta do objeto de estudo e se vale da aplicação de uma entrevista semiestruturada (GIL, 2002).

Ainda em relação aos procedimentos adotados, a presente pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso, haja vista que as técnicas usadas para a coleta de seus dados ocorreram em sincronia com o objetivo de se aprofundar o conhecimento sobre determinados aspectos da população investigada (GIL, 2002). De modo geral esta modalidade de pesquisa visa o esclarecimento sobre o campo estudado, podendo para isso, descrever o contexto em que está sendo feita determinada investigação, além de seus resultados serem apresentados na condição de hipóteses e não de conclusões (GIL, 2002).

De forma complementar, houve a utilização das chamadas fontes de “papel” reconhecidas nas consultas a sites oficiais como IBGE, SEADE, Prefeitura local e aos Planos Municipais da cidade elaborados pela gestão pública como os de Saúde, Mobilidade Urbana, entre outros de livre acesso à população. Considerando que essas fontes de informação não receberam nenhum tipo de tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, o presente estudo também pode ser classificado como uma pesquisa documental (GIL, 2002).

As fontes de “papel” deste estudo foram complementadas por consultas a trabalhos científicos e acadêmicos, deste modo, esta condição também permite sua classificação como uma pesquisas bibliográficas, pois de acordo com Gil (2002) estes tipos de estudos são desenvolvidos com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O mesmo autor cita que a vantagem desse tipo de pesquisa reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama maior de fenômenos comparados ao que poderia pesquisar diretamente.

Reconhecendo a semelhança conceitual entre a pesquisa bibliográfica e a documental, vale ressaltar que na primeira suas fontes são predominantemente constituídas por materiais impressos disponibilizados nas bibliotecas, enquanto na segunda, suas fontes são muito mais diversificadas e dispersas (GIL, 2002).

Estes procedimentos adotados também permitem sua classificação como um tipo de pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Gil (2002) estes tipos de estudos são desenvolvidos com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O mesmo autor cita que a vantagem desse tipo de pesquisa reside no fato

de permitir ao investigador a cobertura de uma gama maior de fenômenos comparados ao que poderia pesquisar diretamente.

Já em relação aos objetivos da pesquisa, a utilização de uma entrevista semiestruturada se justifica pelo interesse em se descrever o seu fenômeno de estudo, ou seja, a associação de moradores do bairro Villa Branca, sustentado na hipótese inicial de que a manutenção desse tipo de entidade é algo complexo e pouco estimulado pelo Poder Público municipal. Assim, a entrevista citada foi aplicada para se coletar dados sobre os seus contextos de criação, funcionamento e interação entre a sociedade civil e o poder público local.

Neste sentido, o presente estudo também se enquadra como uma pesquisa descritiva e exploratória conforme os ensinamentos de Gil (2002).

Assim, a definição de pesquisa exploratória deve ser utilizada quando o trabalho:

tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002, p.41).

Essas pesquisas exploratórias envolvem na maioria dos casos, “(a) levantamento bibliográfico, (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, e análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (GIL, 2002, p.41).

Ainda quanto aos critérios de classificação geral de trabalhos acadêmicos Gil (2002) estabelece como condição a uma pesquisa descritiva que ela tenha:

como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (p. 42).

As pesquisas descritivas ainda são reconhecidamente, junto com as exploratórias, as mais comumente utilizadas por pesquisadores, sobretudo da área social, que possuem uma especial preocupação com a aplicação prática de seus conhecimentos (GIL, 2002).

Por fim, a interpretação do conteúdo levantado seguiu uma lógica de tratamento qualitativo o que prevê momentos de observação, reflexão e interpretação (GIL, 2002). De acordo com Minayo (2009), o objeto de interesse da pesquisa qualitativa se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, pois se tratam de conceitos como os significados, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes.

Minayo (2009) ainda enfatiza que estes fenômenos tipicamente humanos são entendidos como parte da própria realidade social, e assim são fontes da interpretação das ações individuais a partir da experiência compartilhada com seus semelhantes.

3.2 Procedimentos da pesquisa

A escolha pela investigação da SAB Villa Branca se baseou na curiosidade do pesquisador a respeito da participação intensa do coordenador desta entidade nos mecanismos de controle social da administração pública do município, contraposta pela ausência de representatividade de outras associações de amigos de bairro nestas funções.

Para contextualizar essa passagem, vale destacar que após uma reunião do Conselho Municipal de Saúde - COMUS local, que é aberta a toda a população e na ocasião o tinha como ouvinte, o pesquisador se dirigiu ao coordenador da SAB Villa Branca, explicou os objetivos de sua pesquisa e lhe convidou a participar como voluntário da mesma.

Assim, o contato inicial com o dirigente entrevistado ocorreu em função de sua participação em três Conselhos de Direitos no município de Jacareí (Conselho Municipal de Segurança - CONSEG, Conselho Municipal de Saúde - COMUS e Conselho Municipal sobre Álcool e outras Drogas - COMAD), além de outras duas Comissões permanentes de fiscalização da administração pública municipal (Fundação PROLAR – responsável pela política de habitação do município e Regulação de Serviços da Secretaria de Saúde).

Todas as participações do coordenador da SAB Villa Branca como representante da sociedade civil organizada ocorreram em decorrência de seu envolvimento ativo com uma entidade regularizada e reconhecida pelo poder público local.

Com o convite de participação na pesquisa aceito pelo coordenador da associação de moradores e tendo como objetivo se traçar o delineamento contextual e teórico da expansão territorial e populacional do município de Jacareí, e especificamente do bairro Villa Branca, foram iniciados os levantamentos documentais e bibliográficos pertinentes. Esses dados foram obtidos através de consultas a sites oficiais de livre acesso à população, artigos científicos correspondentes, Leis e livros.

Em 10 de julho de 2018, houve um contato telefônico do pesquisador com a Secretaria de Governo de Jacareí, representada pelo Assessor Comunitário Roberto de Abreu, que após uma solicitação verbal disponibilizou via e-mail a lista de associações de moradores formalmente registradas e reconhecidas pela prefeitura totalizando 40 entidades.

O número telefônico utilizado para se estabelecer este contato foi conseguido no site oficial do município em sua página inicial, na aba Secretarias. Não houve a necessidade de

que o pesquisador tivesse algum tipo de relacionamento prévio com os agentes públicos daquela repartição.

A pesquisa documental proposta teve início em buscas a sites oficiais como os do IBGE, Fundação Seade, Câmara Municipal e Prefeitura de Jacareí. Especificamente nas pesquisas realizadas no site oficial e na Câmara municipal da cidade o objetivo foi o de se identificar publicações digitais sobre regulamentações locais e descobrir a repartição responsável pelo acompanhamento dos assuntos pertinentes a esta temática.

Nestes casos foram utilizadas as ferramentas de busca disponibilizadas por estes sites e foram digitadas as palavras chave: associação de moradores, associação de amigos de bairro, sociedade civil organizada, liderança comunitária e organização popular.

Já em relação a entrevista semiestruturada, a mesma foi realizada na Sede provisória da SAB Villa Branca, localizada na casa de seu atual coordenador. Este procedimento in loco possibilitou ao pesquisador o reconhecimento territorial do bairro analisado. A entrevista aplicada foi devidamente transcrita e disponibilizada no apêndice A desta pesquisa, posteriormente suas classes de respostas foram compiladas e distribuídas em tabelas que serão discutidas no decorrer do trabalho.

As anotações qualitativas das observações pessoais do entrevistador sobre a realidade considerada foram anotadas textualmente em um livro de registros e ajudaram na elaboração de suas conclusões. Neste sentido, segundo Minayo (2009) o principal instrumento de trabalho de observação é o chamado diário de campo, que se refere a um caderno de anotações ou um arquivo eletrônico no qual o pesquisador anota todas as informações adicionais que não fazem parte do material formal utilizado na entrevista.

Na seção seguinte os dados inicialmente analisados serão confrontados com as informações colhidas na entrevista aplicada no presente estudo.

4. O MUNICÍPIO DE JACAREÍ, SP

Com o intuito de se compreender os processos evolutivos que fizeram a região pertencente ao município de Jacareí se desenvolver socialmente frente a seus potenciais e desafios econômicos, é que nas próximas sessões serão analisados seus históricos de fundação, seus diferenciais e limites geográficos, além de sua tendência de desenvolvimento socioeconômico acima das médias do Estado de São Paulo.

4.1 Aspectos geográficos

O município de Jacareí localiza-se no início da Bacia do Rio Paraíba do Sul e está inserido as margens da Rodovia Presidente Dutra (BR 116), entre os dois principais centros urbanos do país a 72 km de São Paulo e a 350 km do Rio de Janeiro. Com uma área de 463 km² a cidade possui 79% de seu território em região rural, 14% em região urbanizada e 7% em região inundada (JACAREÍ, 2014b).

Atualmente com 366 anos o município de Jacareí faz parte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba (RMVP) e seus municípios limítrofes são: São José dos Campos a norte e nordeste; Jambeiro a leste; Santa Branca a sudeste; Guararema a sudoeste; Santa Isabel a oeste e Igaratá a noroeste. Considerado um município de médio porte possui uma população de 224.775 habitantes (SEADE, 2018), e é um dos oito componentes da região do Alto Vale do Paraíba (AVP), composta também pelos municípios de Caçapava, Igaratá, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos (JACAREÍ, 2014a).

4.2 Histórico do município

A ocupação do território pertencente ao município de Jacareí teve início no Período Colonial a partir de 1652, com Antônio Afonso e seus filhos Francisco, Bartholomeu, Estevam e Antônio, inicialmente em terras de sua fazenda à margem do Rio Paraíba do Sul (JACAREÍ, 2014b). A extensão territorial do município, que já era habitada e percorrida pelos índios Tamoios, formava um ponto de união entre o Litoral Norte de São Paulo e o interior do Brasil, essa região era considerada estratégica nas incursões dos bandeirantes, e despertava forte interesse dos paulistas na exploração de sua mão de obra indígena e de suas fontes minerais (IBGE, 2018).

Uma das hipóteses sobre a escolha do nome de “Jacareí” para seu batismo se refere ao mito de que no passado havia uma grande quantidade de jacarés em suas lagoas e no Rio Paraíba do Sul que corta o município, fato que justificaria o emprego da palavra tupi-guarani

“icare-ig”, que significa “Rio dos Jacarés”, para designá-la desde então (JACAREÍ, 2018).

A cidade ganhou destaque com a descoberta de minas de ouro no Estado de Minas Gerais por volta de 1694, fato que transformou a região do Vale do Paraíba em uma importante passagem no transporte do minério extraído. Com o passar dos anos e com a diminuição da capacidade produtiva das minas de ouro, o plantio da cana de açúcar tornou-se uma alternativa econômica para o município, que passou a utilizar a mão de obra escrava africana disponível e suas grandes propriedades rurais e potencialmente produtivas como diferenciais competitivos de mercado (JACAREÍ, 2014b).

4.3 Aspectos socioeconômicos

No início do século XIX, com o fortalecimento da cultura cafeeira em larga escala, houve uma dinamização da economia na região do Vale do Paraíba. Em Jacareí, o café transformou a Vila, trazendo melhorias urbanas. A manutenção no modo de vida luxuoso dos “Barões do café” somado as altas produtividades da monocultura do grão motivaram a importação de um número sem precedentes de escravos africanos para suas lavouras, fatores que foram fundamentais para a acumulação e circulação de capital na região, além de provocar mudanças substanciais no modo de pensar, agir e habitar de seu território (JACAREÍ, 2014b).

O crescimento das lavouras de café, aliado ao aumento populacional e, por consequência, o fortalecimento do comércio fez com que, instituído pela Lei nº 17 de 03 de abril de 1849, a Vila fosse elevada a categoria de cidade. Na ausência de registro preciso da data de início da povoação da vila a data comemorativa de sua fundação passou a ser 03 de abril, contando sua existência a partir de 1652 (PRADO, 2018).

Com a modernização da cidade a partir do início do século XIX, houve a transferência das casas de morada das fazendas para os centros, os costumes sofreram influências diretas da Europa, e ao mesmo tempo em que se embarcavam café, desembarcavam artigos europeus de luxo como utensílios de prata, porcelana e mármore (PRADO, 2018).

Após o fim da escravatura, em 1888, e o advento da República, em 1889, em Jacareí ocorreu a formação de um pólo fabril, consolidando o trabalho assalariado. Essa mão de obra operária foi formada inicialmente por ex-escravos e imigrantes europeus. Os imigrantes japoneses atuaram na agricultura, enquanto os sírio-libaneses se dedicaram as atividades comerciais (JACAREÍ, 2014b).

O crescimento urbano de Jacareí se intensificou com o início das atividades das fábricas têxteis instaladas nas primeiras décadas do século XX e com a construção da Rodovia

SP-66 (Estrada Velha Rio - São Paulo). A industrialização do município teve uma forte aceleração a partir de 1950, quando empresas e grupos multinacionais se instalaram na cidade, atraindo trabalhadores do próprio Vale do Paraíba, da região Sudeste e posteriormente do Nordeste. Em 1951 com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, a instalação de indústrias em suas margens e a valorização de terras na região central estimularam a criação de bairros populares distantes da região central. As famílias economicamente mais favorecidas na cidade se instalaram em áreas mais altas em torno do centro e, posteriormente em áreas de várzea, não mais inundáveis após a construção da Represa de Santa Branca, em 1960 (JACAREÍ, 2014b).

Segundo Antico (1997 apud JACAREÍ, 2014b) entre os anos de 1960 e 1980, cerca de 30 milhões de pessoas deixaram a área rural em direção às áreas urbanas no Brasil. Essas ocupações ocorreram de forma dispersa e fragmentada, em sua maioria em áreas impróprias e em cursos d'água, esse crescimento desordenado somado a falta de fiscalização do Estado culminou, segundo o mesmo autor, na ocupação de locais insalubres e desprovidas de infraestrutura.

Seguindo esta tendência nacional o município de Jacareí sofreu na década de 1970 um acentuado processo de crescimento urbano estimulado pelo fluxo migratório de trabalhadores atraídos pela criação de um novo parque industrial na cidade. Esses fatores foram responsáveis por seu crescimento populacional que desde o início se concentrou na área urbana da cidade resultando em um total de 145 bairros adstritos a seu território no ano de 2014. e ocasionando o surgimento de problemas relacionados a moradias populares sem infraestrutura básica, a insuficiência de equipamentos urbanos na periferia e a violência urbana (JACAREÍ, 2014b).

Para se verificar como a evolução econômica, histórica e populacional do município se relaciona com o seu atual desenvolvimento social será utilizado a seguir a análise de seu desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em relação aos anos de 1991, 2000 e 2010.

4.4 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

Uma alternativa para se avaliar a evolução socioeconômica de uma região pode ser encontrada a partir da análise de seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, esse resumo do progresso em longo prazo leva em consideração três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Esse indicador foi criado como opção a outros índices que consideram apenas as dimensões econômicas como parâmetro ao

desenvolvimento de uma localidade. Desse modo o IDHM gera um número que varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa que a partir de então pode ser classificada com um índice correspondentemente médio, alto ou muito alto conforme aponta a tabela 1 (PNUD, IPEA, FJP, 2013a).

Tabela 1 – Parâmetros classificatórios do IDHM

Faixas	Valores
Muito alto	De 0,800 a 1,000
Alto	De 0,700 a 0,799
Médio	De 0,600 a 0,699

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, Como ler o IDHM 2010. (2013a)

Para avaliar o avanço da qualidade de vida da população de Jacareí foi utilizado como parâmetro seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, explicitados pela evolução de seus scores do IDHM entre os anos de 1991, 2000 e 2010, que apontam para uma tendência geral de evolução destes índices conforme descrito na tabela 2.

Tabela 2: Evolução do IDHM do município de Jacareí 1991 / 2000 / 2010

	IDHM (Geral)	IDHM (Renda)	IDHM (Longevidade)	IDHM (Educação)
1991	0,547	0,698	0,703	0,334
2000	0,700	0,720	0,798	0,597
2010	0,777	0,749	0,837	0,749

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, IDHM. (2013b)

Em 1991, o IDHM de Jacareí era 0,547, subindo para 0,700 em 2000 e para 0,777 em 2010, o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), esta tendência fez com que o hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, fosse reduzido em 74,33% entre os anos de 2000 e 2010, e essa evolução se deve em grande parte aos avanços na área da educação que saltou de 0,334 em 1991 para 0,749 em 2010. De fato ao se considerar, por exemplo, sua taxa de analfabetismo em sua população de 25 anos ou mais de idade, seu percentual que era de 11,8% em 1991 caiu para 4,5% no ano de 2010, ficando abaixo da taxa nacional de 11,82% para aquele ano (PNUD, IPEA, FJP, 2013b).

Ao se avaliar o ranking do IDHM (Índice do Desenvolvimento Humano Municipal) no ano de 2010 do município de Jacareí e analisar sua respectiva posição em relação aos outros 645 municípios do Estado de São Paulo (SEADE, 2018), temos um panorama comparativo do

desenvolvimento dessa região conforme tabela 3.

Tabela 3: Ranking do IDHM dos municípios do Estado de São Paulo 2010

	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)	Ranking dos municípios do Estado de São Paulo.
Jacareí	0.777	0.749	0.837	0.749	80°

Fonte: SEADE, Perfil Municipal. (2018)

As dimensões avaliadas pelo IDHM de Jacareí em 2010 foram a Longevidade, com índice de 0,837 (muito alto), seguida de Renda, com índice de 0,749 (alto) e Educação 0,749 (alto), números que a classificam como 80° lugar entre todas as cidades do Estado de São Paulo no que se refere ao seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Esses indicadores ainda fizeram com que o município ocupasse a 157ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço) (PNUD, IPEA, FJP, 2013b).

Após se considerar os índices de evolução socioeconômica gerais do município de Jacareí com sua origem histórica, seus ciclos econômicos e seu fluxos migratórios ao longo dos tempos, se faz necessário caracterizar o contexto de origem do território especificamente estudado na presente pesquisa, ou seja, em que contexto surgiu o bairro denominado Villa Branca.

4.5 O estudo de caso: a caracterização do bairro Villa Branca

A compreensão da realidade social e demográfica do bairro pesquisado se faz necessário ao entendimento das questões elencadas, de modo que se torna indispensável descrever em que contexto e com quais objetivos este empreendimento particular surgiu na cidade de Jacareí, SP ainda na década de 1990. Com este objetivo vale ressaltar que o bairro Villa Branca, localizado entre os municípios de São José dos Campos e Jacareí, foi idealizado, planejado e comercializado pelas empresas Sergio Porto Engenharia e Luiz Roberto Porto Imóveis (PORTO; PORTO, 2018).

Em reconhecimento a inovação, sustentabilidade e tecnologia utilizadas em seu planejamento urbano o bairro chegou a vencer o Prêmio Master Imobiliário concedido aos melhores empreendimentos do Brasil pela Federação Internacional das Profissões Imobiliárias e Sindicato da Habitação (Secovi). Seu projeto de urbanização previa desde o início a construção de centenas de casas, ruas privativas, áreas verdes, infraestrutura completa,

condomínios horizontais, prédios de apartamentos, centros comerciais, além da manutenção de uma área de 140 mil metros quadrados de reserva nativa de Mata Atlântica em sua área adstrita (PORTO; PORTO, 2018).

O loteamento atualmente possui aproximadamente 7875 pessoas, conforme levantamento realizado pelo SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) municipal (JACAREÍ, 2014b), está localizado há 5 minutos do centro de Jacareí e próximo a grandes lojas, hipermercados, universidades, indústrias, shoppings e uma grande variedade de estabelecimentos comerciais e educacionais privados, além de possuir equipamentos públicos municipais de educação infantil, creche e ensino fundamental (PORTO; PORTO, 2018).

O empreendimento Villa Branca foi entregue a seus proprietários com totem de identificação na entrada do bairro e implantação de um sistema de sinalização viária com a identificação por placas verticais em todas as suas ruas e avenidas. Em sua abrangência há a identificação de abrigos de parada e uma linha de transporte público urbano que percorre suas principais avenidas. Toda a extensão do bairro possui pavimentação asfáltica e conta com sistema de captação e afastamento de águas pluviais de acordo com as especificações sanitárias pertinentes (PORTO; PORTO, 2018).

Os sistemas de captação, tratamento e afastamento de esgoto sanitário do bairro foram projetados para suprirem as necessidades de até 32.000 habitantes. O lançamento de seu esgoto tratado ocorre em um afluente que margeia seu território (Rio Cumprido), e conta com o monitoramento de sua eficiência pelos laboratórios do SAAE-Jacareí (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) e da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) (PORTO; PORTO, 2018).

Suas redes de distribuição de água potável são abastecidas pelo sistema público do Município de Jacareí e conta com uma rede adutora de água e sistema de reservação com capacidade de 3.000.000 de litros em reservatórios apoiados e 115.000 litros em reservatório elevado (PORTO; PORTO, 2018).

Seus sistemas de distribuição de energia elétrica domiciliar e iluminação pública foram projetados e dimensionados para suprirem as necessidades futuras de uma população estimada em até 32.000 habitantes (PORTO; PORTO, 2018).

Por fim, o bairro dispõe de coleta de resíduos domésticos três vezes por semana, mas não dispõe de coleta seletiva de resíduos (JACAREÍ, 2014b).

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise entre o prescrito e o realizado pela associação de moradores do bairro Villa Branca foi elaborada pelo confronto das falas de seu dirigente, captadas na entrevista realizada, e a consulta a informações de livre acesso sobre a gestão pública do município de Jacareí, disponíveis na internet.

A pesquisa analisou as informações colhidas levando-se em conta a evolução histórica, populacional e econômica do município e relacionando-as com o seu atual desenvolvimento social, político e a qualidade de publicitação das ações de incentivo do poder público à participação popular organizada de seus munícipes. Essa análise ocorreu em consonância com as características sociais e culturais locais, o que tornou possível um entendimento mais fidedigno da realidade da associação de moradores naquele momento. Neste sentido, realizar a entrevista na residência do dirigente dessa associação, permitiu ao pesquisador conhecer o bairro facilitando o seu entendimento quanto às demandas daquela localidade.

De modo complementar os levantamentos bibliográficos realizados nos capítulos anteriores tiveram como uma de suas metas a contextualização sobre as mudanças ocorridas no Brasil com o surgimento da República Federativa e o atual estado democrático de Direito. Valem ressaltar que estes arcabouços teóricos contribuíram para o cumprimento do objetivo de descrever quais foram as principais mudanças (políticas, sociais e econômicas) que ocorreram no Brasil a partir da promulgação da Constituição de 1988. Foi possível observar que o início da década de 1980 no Brasil foi um período de forte mobilização social contra os modelos administrativos e governamentais vigentes, avaliados como autoritários e centralizadores, o que culminou com a promulgação da Constituição de 1988. Esse fato histórico possibilitou o avanço na garantia dos direitos individuais e das minorias de sua população, na evolução dos processos de organização da gestão pública, na equiparação dos poderes dos municípios com os Estados e União, na criação de mecanismo de controle social do Estado, na revisão da distribuição tributária do país entre outros direitos civis.

Outro assunto explorado nos capítulos anteriores foi a evolução histórica do município de Jacareí estimulada por seus intensos ciclos econômicos, somados ao seu grande e etnicamente diverso fluxo migratório. Sua vocação comercial teve início pela exploração de suas rotas hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, posteriormente pelo escoamento do ouro extraído nas Minas Gerais, após por sua expressiva produção de café e a partir da década de 1950 pela construção de Rodovias Estaduais (Estrada Velha Rio – São Paulo e Presidente Dutra), além da criação de pólos industriais no município.

A população de Jacareí que em sua maioria era composta por descendentes de escravos e agricultores de diversas etnias, sobretudo a partir de 1951, teve um acréscimo acentuado de novos moradores, pobres e pouco qualificados, atraídos de diversas regiões do país em busca de emprego nas construções de suas rodovias e na mão de obra fabril. O presente estudo se valeu desse entendimento sobre a evolução demográfica de Jacareí, considerando seus fluxos migratórios não planejados, o surgimento de bairros sem infraestrutura básica e afastados do centro da cidade, para compreender as fontes de seus problemas de infraestrutura e o sentimento de insegurança pública identificados no estudo.

Outro parâmetro analisado se refere aos dados do IDHM do município entre os anos de 1991 e 2010, que apontam que apesar de seu desenvolvimento socioeconômico, sobretudo no quesito educação, ter ficado acima das médias do Estado e garantido a ele a 80ª posição no ranking entre os municípios paulistas neste indicador, seus problemas sociais ainda preocupam. Nesse sentido é razoável se inferir que a ausência de representatividade civil organizada nos bairros mais vulneráveis da cidade podem se relacionar com a diminuição da efetividade das ações públicas de correção de curto, médio e longo prazos para estes problemas.

Na contramão da falta de planejamento de muitos dos bairros de Jacareí, a localidade do Villa Branca surgiu na década de 1990 como um empreendimento particular com toda a infraestrutura de subsistência e social disponíveis desde a sua gênese. O pesquisador observou em sua visita ao bairro que suas residências dispõem de construções grandes e esteticamente agradáveis, além de possuir uma ampla cadeia de comércios de apoio e vias de fácil acesso aos serviços municipais públicos e ao centro da cidade.

Dito de outra forma a presente pesquisa analisa o contexto de funcionamento de uma associação de moradores a partir do ponto de vista de um povoado economicamente favorável e com uma representatividade popular reconhecida pelo poder público local. Longe desta realidade o município de Jacareí que conta com cerca de 224.775 habitantes (SEADE, 2018) distribuídos em 145 bairros (JACAREÍ, 2014b), que em sua maioria enfrentam grandes desafios sociais, possuem apenas 40 associações de moradores para representá-los. A ausência de representatividade civil organizada potencialmente favorece os movimentos de exclusão social, pois em territórios que não existem associações de moradores não há interlocutores locais com a administração pública, fato que diminui o reconhecimento do Estado sobre as suas demandas.

Norteadas por sua pretensão inicial a pesquisa exposta se presta a identificar quais os motivos que podem se relacionar com uma aparente baixa participação social comunitária via

associação de moradores no município de Jacareí. Para tanto serão apresentadas a seguir as compilações das respostas dadas pelo coordenador da SAB Villa Branca, colhidas na entrevista semiestruturada aplicada, que foram organizadas em tabelas e divididas por quatro categorias, a saber: características da gestão pública, do bairro, de seu presidente e da associação de moradores.

O quadro 1 é composto pelo compêndio de informações prestadas pelo presidente da associação de moradores e complementadas pelas informações obtidas em pesquisas no site oficial do município de Jacareí.

Quadro 1: Características compiladas sobre a Gestão Pública do município de Jacareí

- A resolução das demandas do bairro não acontece de modo satisfatório.
- O retorno da administração pública para os problemas do bairro é muito demorado.
- Não há a divulgação de um cronograma com o provisionamento de todas as ações da administração pública dentro do bairro.
- Não há uma linha de comunicação normatizada entre às SAB's e a administração pública.
- Não fornece apoio técnico com treinamentos, orientações ou assessoria jurídica para às SAB's.
- Não há uma regulamentação municipal para o funcionamento das SAB's.
- Não há informações claras pertinentes às SAB's no site oficial do município.
- “Não há uma prática da gestão de se procurar saber quem está à frente de uma comunidade ou saber qual bairro possui uma SAB”.
- “O Poder Público não aprecia esse “link” entre a SAB e o órgão público”.
- “Eles (Poder Público) até nos atendem muito bem, mas não valorizam o trabalho da SAB”.
- “O poder público é centralizado e por mais que tentem, não conhecem as realidades de cada comunidade”.
- “A interação entre as Secretarias Municipais na resolução das demandas do bairro é pequena, falta articulação das ações”.
- Em um contexto com 145 bairros o município de Jacareí possui 40 associações de amigos de bairro cadastradas junto à Secretaria de Governo.

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas respostas obtidas na entrevista aplicada e em buscas no site oficial da prefeitura de Jacareí.

A análise dos relatos obtidos na entrevista com o coordenador da entidade estudada, especificamente nas questões 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 (Apêndice A), ajudou a identificar as

principais dificuldades e motivações na manutenção das atividades comunitárias da SAB Villa Branca e, portanto, serviram de base para a elucidação de ao menos um de seus objetivos específicos.

Outros aspectos abordados especificamente nos itens 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9 e 13 (Apêndice A) proporcionaram uma reflexão acerca da participação popular organizada através das Associações de Bairros nas diferentes esferas da gestão pública municipal, especificamente no bairro pesquisado. Estes dados contribuíram com a resolução de mais um dos objetivos da pesquisa.

Assim, é possível identificar que uma das dificuldades observadas na manutenção da SAB Villa Branca, é a baixa resolutividade de seus problemas comunitários, apontado pelo coordenador da associação de moradores. Este fato pode desestimular a participação popular em decorrência de uma sensação de desesperança da comunidade frente a seu poder de fiscalização e controle social. Deste modo, o cidadão que se mobiliza em uma função não remunerada de interesse público e não consegue perceber melhorias no cotidiano de sua comunidade pode sentir-se inclinado a considerar a manutenção de uma associação de moradores como algo irrelevante a sua realidade prática.

Outro dado relevante se refere à falta de transparência das ações programadas das Secretarias municipais de Jacareí, ao que parece a maioria dos serviços prestados dentro do bairro Villa Branca não seguem um cronograma de livre acesso a sua população. Neste sentido, Malmegrim (2014) pondera que o exercício do controle social só é possível a partir da existência de instrumentos informacionais de divulgação das ações do Governo, acrescidos de estruturas responsáveis por receberem e processarem as reclamações da população. Esta pouca transparência percebida nas ações públicas de Jacareí prejudicam o acompanhamento e fiscalização do município sobre as metas e investimentos financeiros estipulados por cada Secretaria na região, além de impedir a livre manifestação popular sobre o planejamento de ações não prioritárias na percepção da comunidade.

É salutar acrescentar entre os achados de pesquisa que apesar de não haver em seu site oficial uma indicação formal de responsabilidade técnica sobre o senso ou assessoria às SAB's de Jacareí, foi observado em uma matéria jornalística veiculada em sua página da internet a definição da Assessoria Comunitária da Secretaria de Governo como sendo a repartição coordenadora desta seara. Na matéria citada havia uma indicação para que os bairros que ainda não possuíssem Associações de Amigos de Bairro e que tivessem o interesse em formalizá-las deveriam procurar o setor de protocolos municipais para registrá-las junto à prefeitura.

A constatação de que as informações relacionadas às associações de moradores ocorrem de modo incipiente no site oficial do município, fere o princípio da transparência das ações públicas e prejudica a criação e manutenção de associações de moradores similares as do bairro Villa Branca. Essas consequências impedem que as comunidades, sobretudo as mais carentes, requeiram apoio técnico e jurídico para se organizarem e dialogarem com a gestão pública sobre suas demandas. Atualmente apenas 27,6% de seus 145 bairros possuem representatividade comunitária cadastradas junto a prefeitura local e esta falta de apoio pode estar relacionada a este baixo número de associações.

Sobre a facilidade em se encontrar informações pertinentes à criação ou manutenção de uma SAB em Jacareí, não foram encontradas referências sobre regulamentações municipais que versem sobre as atribuições e funcionamento das Associações de Moradores no município (LEISMUNICIPAIS, 2000), nem tão pouco informações referentes ou de interesse as Associações de Moradores no site oficial desta cidade, apenas a divulgação de eventos festivos e chamamentos para a participação de seu cidadão no Plano Diretor em seus respectivos bairros (JACAREÍ, 2018).

Aparentemente sem a regulação e estímulo público da administração municipal da cidade, a possibilidade de regulamentação jurídica das associações existentes se restringe ao uso das normas estabelecidas pelo Código Civil brasileiro no item regulatório sobre as Associações Civas (BRASIL, 2002).

O quadro 2 demonstra algumas das características elencadas pelo presidente da SAB Villa Branca sobre a dinâmica de funcionamento daquela localidade.

Quadro 2: Características compiladas sobre o bairro Villa Branca em Jacareí

- Antes da SAB faltava representatividade do bairro frente aos problemas que tinham.
- O bairro estava sofrendo com problemas de insegurança pública no ano de 2015.
- Os moradores se envolvem apenas de modo reativo aos problemas que surgem.
- O bairro aderiu à implantação do Programa “Vizinhança Solidária” em parceria com a Polícia Militar (um programa comunitário de segurança).
- Os moradores do bairro não contribuem financeiramente com a SAB.
- Cerca de 7 moradores ajudam voluntariamente no funcionamento da SAB.
- Há semanalmente uma feira de artesanato e uma feira livre no bairro, além de uma festa junina anual em um espaço cedido por uma Universidade local.
- Há demora e falta de informações do Governo municipal sobre as demandas do bairro.
- A Polícia Militar costuma dar um retorno muito rápido as demandas do bairro.
- Há muitas reclamações referentes aos serviços de manutenção como podas e capina. Estes serviços são executados pela Secretaria de Meio Ambiente local.

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas respostas obtidas na entrevista aplicada e em buscas no site oficial da prefeitura de Jacareí.

As questões abordadas especificamente nos itens 11, 12 e 13 da entrevista aplicada (Apêndice A), forneceram dados que serviram como referências acerca do impacto social da participação civil organizada nas relações entre a população de moradores do bairro Villa Branca e a gestão pública municipal. Assim, estas informações serviram de parâmetros para a tentativa de resolução de mais um de seus objetivos específicos.

Os dados compilados a respeito das características da comunidade considerada apontam para uma baixa mobilização social voluntária, este fato pode ser verificado pela ausência de contribuição financeira dos moradores para a manutenção da SAB, pelo baixo número de associados que contabilizam apenas 7 indivíduos de sua diretoria e pela centralização das atividades de seu coordenador que atualmente compõe 3 Conselhos de Direito e 2 Comissões permanentes de fiscalização das ações do Poder Público na cidade.

Outro fator relevante sobre a maneira reativa da comunidade do Villa Branca funcionar, diz respeito a sua gênese, que só foi possível no decorrer do ano de 2015 frente ao aumento dos parâmetros de violência de seu território adstrito. A preocupação da comunidade com a segurança pôde ser observada pelo pesquisador em sua visita a residência do coordenador da SAB para a aplicação do questionário proposto, pois foi possível constatar que muitas das moradias do bairro possuíam muros altos, cercas elétricas e circuitos de monitoramento.

A preocupação da comunidade com a segurança pública pode ser observada também em sua adesão ao programa de segurança comunitária “Vizinhança Solidária” em parceria com a Polícia Militar, bem como, pela participação do coordenador da SAB no Conselho Municipal de Segurança - CONSEG e no Conselho Municipal Sobre Álcool e Outras Drogas - COMAD, além de seu reconhecimento sobre a efetividade das ações policiais em seu território.

Uma característica marcante do bairro pode ser identificada na manutenção de atividades recreativas e culturais regulares com os objetivos de manter a ocupação de seus espaços públicos e contribuir com entidades beneficentes do município. Esta ação filantrópica pode estar relacionada a concepções pessoais da diretoria da SAB já que estas ações não geram nenhum benefício financeiro à manutenção das atividades da associação.

O quadro 3 descreve algumas características pessoais observadas acerca do coordenador da associação de amigos de bairro Villa Branca.

Quadro 3: Características e falas compiladas sobre o presidente da SAB Villa Branca

- Já exercia algum tipo de liderança dentro do bairro antes da SAB.
 - É membro de 3 Conselhos de Direitos como representante da sociedade civil (CONSEG, COMUS e COMAD) e representante de 2 Comissões permanentes de fiscalização da administração municipal, também como representante da sociedade civil (Fundação PROLAR e Regulação de Serviços da Secretaria de Saúde).
 - A sede provisória da SAB fica em sua casa as despesas administrativas da SAB são custeadas por ele.
 - Mantém ações de promoção da cultura regional, a ocupação dos espaços públicos do bairro e o fortalecimento das entidades civis sem fins lucrativos do município.
 - Mantém um estreito relacionamento com a Polícia Militar do município.
 - “a falta de informações acerca da importância dos serviços prestados pelas associações de bairros, desestimulam a criação de mais SAB’s no município”.
 - Considera lenta a resolução das demandas do bairro por parte da gestão pública.
 - “a credibilidade da SAB com o cidadão depende das respostas da administração pública aos problemas levantados pela sociedade civil organizada”.
 - “quando a resolução de uma demanda é demorada, mas é programada pela administração pública e informada a SAB, a associação tem como responder aos anseios da comunidade”.
 - “quando o retorno para o cidadão não está definido pela gestão a SAB perde credibilidade na comunidade”.
- “o poder público ainda entende que a SAB é uma fonte de concorrência com ele”.
- “A SAB tem que ser parceira do Poder Público e parceira da Comunidade”.
- “Se o cara quer ser político eu acho que ele tem o direito de ser, porém eu acho que deve se afastar da SAB”.
- “Eu chego em qualquer vereador desde que eu veja que a intenção dele é boa e que realmente quer resolver o problema junto comigo, que ele pode dar força para a gente resolver, mas ele não pode tomar a frente da SAB”.
- “Vereador querendo aparecer, apontando a necessidade de tapar um buraco na rua ou pedindo uma capina aqui no bairro, não! Isso é função da SAB”.
- “quem está nas SAB’s e em suas diretorias estão juntos com os moradores, passando as dificuldades com eles e, portanto, conhecem os problemas da comunidade”.
 - “o envolvimento comunitário e empenho da Polícia Militar é maior do que o da administração municipal no bairro”.

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas respostas obtidas na entrevista aplicada e em buscas no site oficial da prefeitura de Jacareí.

A suposta percepção da gestão pública de que as associações de moradores de bairro podem ser suas concorrentes políticas, dispostas, portanto a criticá-la em seu trabalho e influenciar negativamente a opinião de seus eleitores, se confirmadas na prática, podem ocasionar um isolamento entre o poder público e a sociedade civil organizada.

A fala de seu coordenador sobre a falta de ações educativas da gestão pública sobre a importância do papel das associações de moradores para o gerenciamento do município, foi reforçada pela ausência de informações claras pertinentes a criação, apoio e controle da gestão pública local sobre as associações de moradores no site oficial do município.

Este fato foi observado nas buscas realizadas pelo pesquisador na página oficial da prefeitura de Jacareí, pois não foram encontradas regulamentações municipais referentes ao funcionamento dessas associações, bem como, não foram identificadas publicações digitais claras sobre a responsabilidade atribuída à Secretaria Comunitária da Secretaria de Governo para este acompanhamento. Esta constatação fere os princípios da “publicidade” que segundo Coelho (2009) apontam para a obrigatoriedade de clareza e visibilidade social sobre os atos da administração do Estado.

O quadro 4 reuni o compêndio das características gerais de criação e manutenção da associação de moradores do bairro Villa Branca.

Quadro 4: Características compiladas sobre a SAB Villa Branca

- Procura ajudar a comunidade a resolver seus problemas.
- Deseja promover a cultura local e representar a comunidade na administração pública.
- A associação foi criada em 2015.
- No ano de 2015 o bairro estava sofrendo com problemas de insegurança pública e isso mobilizou os moradores a criarem a SAB.
- Todos os tramites legais para a eleição de seu presidente foram respeitados, como criação de uma chapa única, 2 assembleias e a votação, mesmo que simbólica, para definir a sua coordenação.
- Não há recolhimento de contribuições financeiras de seus membros, a SAB tem sede provisória na casa de seu coordenador e as despesas administrativas são custeadas por ele.
- Há uma ideia de que os moradores no futuro contribuam com alguma mensalidade de valor simbólico apenas para garantir o custeio mensal.
- A SAB possui um estatuto próprio elaborado pelos membros da associação.
- Existem 7 moradores que ajudam voluntariamente no funcionamento da SAB.
- A SAB apoia a implantação do Programa “Vizinhança Solidária” em parceria com a Polícia Militar (um programa comunitário de segurança) no Villa Branca e outros bairros do município.
- A SAB complementa as ações do poder público com o estímulo a participação popular e com a promoção da cidadania.
- Seu foco é na mediação entre os seus moradores e o Poder Público.

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas respostas obtidas na entrevista aplicada e em buscas no site oficial da prefeitura de Jacareí.

O bairro Villa Branca foi fruto de um empreendimento comercial privado de classe média e apesar de não apresentar problemas com infraestrutura básica de funcionamento sofreu os reflexos da violência urbana, que se acentuou no ano de 2015 devido ao crescimento do comércio local e da possibilidade de furtos e roubos a seus moradores. Deste modo, para tentar se proteger a população local se mobilizou em meados de 2015 e fundou a associação pesquisada. Nota-se que antes disso a comunidade não pensava em mobilizar-se socialmente para garantirem sua representatividade frente ao Poder público local.

A preocupação inicial de sua população com a segurança pública se refletiu na adesão de seus moradores a um programa de segurança comunitária em parceria com a Polícia Militar local. Esta parceria ao que parece estimula a realização de ações preventivas e ostensivas dessa corporação dentro do bairro o que pode refletir na boa avaliação dada anteriormente as ações prestadas pela Polícia Militar em seu território.

Outro fator relevante observado diz respeito ao cumprimento de todos os trâmites legais para sua criação e eleição de seu presidente, o que demonstra que o grupo responsável em liderar a criação da SAB precisou de apoio jurídico que não foi prestado pela gestão pública local. Este fato pode ser considerado um fator inibitório da participação comunitária organizada no município, pois o cumprimento desses ritos e condicionantes legais podem gerar custos financeiros iniciais na criação ou regularização dessas associações.

Por fim chama a atenção o fato da associação não possuir sede própria, ser gerenciada voluntariamente por apenas 7 de seus 7875 moradores e não receber contribuições financeiras para custear seus gastos mensais. Esta condição denota que as ações realizadas pela associação são frutos de uma pequena representatividade dentro do bairro e que a continuidade dessas ações a longo prazo fica em risco, pois dependem exclusivamente da iniciativa desses voluntários. Por outro lado, a implantação deste modelo de funcionamento demonstra ser extremamente viável para outros bairros do município, pois consegue funcionar com uma sede temporária e não apresenta grandes custos financeiros para a manutenção de suas atividades.

Assim, o presente trabalho ao se propor avaliar o caso específico de um bairro estruturado e de classe econômica média no município de Jacareí, encontrou razões para supor que há uma baixa representatividade popular via associações de moradores no município. A baixa participação civil organizada em torno dessa ferramenta democrática de controle social, pode ser comprovada pelos números que apontam que apenas 1 em cada 4 bairros de Jacareí possuem representatividade instituída pela existência de SAB's.

Essa constatação torna-se preocupante, pois o bairro pesquisado possui aparentemente melhores condições socioeconômicas de que a maioria dos 145 bairros de Jacareí, que foram concebidos em sua maioria de modo não planejado e em regiões geográficas não favoráveis. Resumidamente, essa discrepância favorece a formação de ilhas de segurança com bairros que possuem representatividade popular junto ao poder público, que possuem serviços essenciais de fácil acesso, condições dignas de saneamento e saúde, mas, no entanto, são rodeadas por bairros com grandes vulnerabilidades sociais, e no fim, precisam do apoio policial do Estado para coibirem a violência vinda desses locais.

No caso específico do bairro pesquisado esta cadeia de consequências negativas ocasionadas por uma distribuição de renda desigual no município, culminou no encarceramento de seus moradores em uma rotina que transita entre um padrão social financeiramente confortável e a preocupação permanente com o aumento em seus índices de criminalidade. Mesmo diante de um problema macroeconômico nacional de difícil solução a curto e médio prazo, como o da distribuição de renda, a mobilização social iniciada no bairro em 2015 conseguiu influenciar nas ações de segurança pública do Estado e conseqüentemente diminuir a sensação de insegurança de seus moradores.

Na sessão seguinte serão tratados das conclusões finais da presente pesquisa, bem como, das sugestões futuras para o aperfeiçoamento do processo democrático via organização popular no município de Jacareí e para futuras pesquisas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposta de se manter a fidedignidade com a transição histórica e contemporânea envolvidas com a transformação da pequena Vila de outrora, em cidade industrializada de médio porte dos últimos vinte e cinco anos, foi possível observar que o município de Jacareí conseguiu aliar crescimento populacional, desenvolvimento econômico e nível de qualidade de vida de sua população com parâmetros superiores a médias Nacionais e Estaduais de bem-estar geral.

Os resultados mais relevantes deste equilíbrio talvez se refiram a seu processo de evolução socioeconômica que aponta para uma tendência de melhora em seus índices de longevidade, educação e renda, conforme constatado na avaliação de seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, entre os anos de 1991 a 2010.

Sobre as principais mudanças que ocorreram no Brasil com o surgimento da República Federativa e o Estado democrático de direito, o presente estudo, a partir das consultas bibliográficas realizadas, enfatiza que entre as mais relevantes estão: a instituição dos direitos civis democráticos, a equiparação dos poderes do município com os do Estado e União, a municipalização de serviços públicos e a instituição das ferramentas de controle social do Estado. Assim, as minorias populacionais do país passaram a gozar dos mesmos direitos universais que as classes mais influentes possuíam.

Mesmo assim, ao que parece às pessoas com maior poder aquisitivo, como os moradores do referido bairro pesquisado, ainda possuem uma maior probabilidade de se organizarem socialmente para exercerem seus direitos de opinarem, fiscalizarem e pressionarem a gestão pública na busca pela resolução de seus problemas comunitários. Essa constatação pôde ser observada, por exemplo, pela pró-atividade daquela população ao se organizar no ano de 2015 para sanar seus problemas com a falta de segurança pública que os afligia. Essa mobilização resultou em uma pressão popular sobre a necessidade de uma revisão das ações preventivas e ostensivas da Polícia Militar na região, e conseqüentemente, no aumento das ações desta corporação no bairro e na aparente diminuição do sentimento de insegurança de seus moradores. Estes dados permitem avaliar o impacto social da participação civil organizada nas relações entre a população de moradores do bairro Villa Branca e a gestão do Serviço de Segurança Pública do Estado, no entanto, neste caso não apresenta relação direta com a gestão pública municipal.

Outro fator relevante sobre o impacto social da participação da SAB Villa Branca nos interesses públicos do município, se refere ao fato desta associação possuir representatividade

em 5 instrumentos consultivos de controle social da administração pública municipal (COMAD, CONSEG, COMUS, Fundação PROLAR e Regulações de Serviços da Secretaria de Saúde). Assim, esta participação é capaz de influenciar nas tomadas de decisão do poder público local e na execução das políticas públicas fiscalizadas por esses mecanismos. Esses dados permitem afirmar que a SAB Villa Branca consegue impactar nas ações do Estado e da administração pública municipal, no entanto, esta condição foi avaliada apenas do ponto de vista de uma comunidade economicamente favorável e, portanto, não pode ser generalizada para outras realidades econômicas distintas do município.

No que se refere às principais motivações na manutenção das atividades comunitárias da SAB Villa Branca, o presente estudo observou que as ações realizadas pela entidade em seu território adstrito visam, entre outros, o aumento na qualidade de vida de seus moradores. Esta impressão pode ser reforçada com as afirmações colhidas na entrevista aplicada ao seu coordenador, especificamente, em suas justificativas para a manutenção das atividades regulares de ocupação dos espaços públicos com eventos festivos e culturais, mesmo que estas ações não gerem nenhum tipo de retorno econômico para a entidade.

Sobre suas principais dificuldades na manutenção deste tipo de associação no município foi possível evidenciar que há indícios de um baixo desempenho da administração pública local em promover ações de incentivo à participação popular na gestão territorial de seus bairros. Essa constatação pode ser confirmada pela falta de clareza, no site oficial do município, sobre a existência de um setor denominado Secretaria Comunitária, vinculado a Secretaria Municipal de Governo que possui a atribuição de apoiar e monitorar as associações de moradores da cidade. Esta ausência de publicidade é somada a falta de regulamentações locais a respeito das SAB's e a ausência de publicações digitais que balizem os munícipes interessados em criarem ou regulamentarem esse tipo de entidade popular. Estes dados ajudam a se identificar que existe pouco apoio técnico do poder público na criação ou manutenção dessas iniciativas populares, fato que tende a desestimular a mobilização popular organizada e podem se relacionar ao baixo número de SAB's no município.

Assim, se o estado democrático de direito prevê que todos os cidadãos possuem os mesmos direitos perante o Estado, em Jacareí apenas 27,6% dos bairros da cidade possuem uma representação comunitária junto ao poder público local o que lhes garante voz nas decisões que os afetam. Deste modo, na contramão da democracia em 72,4% dos bairros de Jacareí, não existem associações de moradores e, portanto, esses dados refletem na diminuição dos direitos dos munícipes que residem nestas regiões, sobretudo se forem locais

mais vulneráveis socialmente, pois deixam de influenciar nas definições de suas próprias prioridades perante o poder público.

A ausência de representatividade civil organizada retroalimenta os contextos favoráveis aos processos de exclusão social como os problemas com infraestrutura básica, baixa escolaridade, criminalidade e acesso à saúde precária, pois diminuem a efetividade das ações da administração pública no cumprimento de suas atribuições. A ineficácia das intervenções do poder público nestes rincões pode ser explicada pelo pouco conhecimento dos administradores públicos acerca das reais necessidades de determinada região, ou mesmo, o efeito da ausência de fiscalização e controle da população sobre as fragilidades administrativas da gestão pública nestes locais. Em ambos os casos a criação e fortalecimento de mecanismos sociais como, por exemplo, uma associação de moradores poderiam amenizar esses efeitos, pois garantiriam a melhora na interlocução entre a comunidade e o poder público.

Ainda sobre as dificuldades encontradas na manutenção das atividades da SAB pesquisada, foi possível identificar que a falta de previsibilidade da administração pública na realização de serviços de manutenção do bairro geram frustrações em sua população e perda de credibilidade da entidade, pois suas intervenções parecem ineficazes nestes contextos. Neste sentido, a divulgação de um cronograma das ações planejadas pelo poder público para serem realizadas no bairro, mesmo que de modo mensal, poderiam amenizar esses conflitos.

Em outro ponto, considerando que um dos objetos de interesse do presente estudo era analisar a participação popular organizada através das associações de amigos de bairro e, especificamente o caso do Villa Branca, ao final da pesquisa foi possível constatar que a representatividade popular desta comunidade apresenta fragilidades. Esta percepção se baseia no fato de que apesar de haver na localidade uma representatividade popular instituída, suas ações são exaustivamente centralizadas na SAB com seus 7 voluntários, e há um baixo envolvimento de seus 7875 moradores na resolução de seus problemas comuns. A consequência desse fenômeno é refletida pela possibilidade de que seus interesses defendidos na atualidade não reflitam as demandas de sua maioria populacional, o que fere os princípios democráticos que instituíram essas entidades.

A ausência de representação popular organizada na maior parte dos bairros de Jacareí evidencia a necessidade de que o poder público local promova mais ações de desenvolvimento comunitário que tenham como objetivo o fortalecimento da participação civil nas ações de planejamento da gestão pública sobre os interesses de suas comunidades. Este processo tende a dar maior credibilidade e eficiência às ações do governo, pois

potencializa as suas ações gerenciais ao garantir que as alocações de investimentos públicos sejam discutidas e monitoradas pelas pessoas que serão beneficiadas por elas.

Os dados obtidos sugerem uma necessidade do município em investir em ações educativas comunitárias visando o fortalecimento da importância da participação popular organizada para o bom funcionamento da gestão pública, bem como, em prover apoio jurídico aos bairros que requeiram o direito de possuírem uma associação de moradores. Ainda neste sentido, a presente pesquisa recomenda que os Poderes Executivos e Legislativos da cidade se reúnam em prol da elaboração de uma regulamentação municipal sobre o funcionamento dessas entidades, bem como, para criação de incentivos permanentes ao apoio jurídico e acessoria geral para estimular o aumento desse tipo de representatividade.

Outro fator que requer atenção especial da gestão municipal de Jacareí diz respeito a atual falta de clareza sobre informações de interesse das sociedades amigos de bairro no site oficial da prefeitura. Sobre essa temática é recomendável que seja inserido na ferramenta de busca do site citado, um atalho que possa ser encontrado com a utilização de palavras chave como: associação de moradores, associação de amigos de bairro ou organização popular, e que nele, sejam inseridos todas as informações de interesse dessas temáticas.

Por fim, os dados apurados não esgotam a necessidade de outras pesquisas futuras analisarem de modo mais profundo outros aspectos da participação popular organizada no município de Jacareí, dito de outra forma, a presente pesquisa analisou apenas o contexto de um bairro e não os compararam com as 40 associações de moradores existentes na cidade. Essa condição é extremamente importante, pois poderia gerar informações mais fidedignas com a realidade local e evidenciar novos dados que possam ser generalizados no contexto municipal, o que acarretaria na melhora do planejamento das ações de apoio do poder público a essas entidades.

REFERÊNCIAS

COSTA, S. **Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais**. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 12, n. 35. São Paulo. 1997 [internet]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008>. Acesso em: 25 de ago. de 2018.

BRASIL. Lei nº. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1973. [internet]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L6015consolidado.htm>. Acesso em: 20 de ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. [internet]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 de ago. 2018.

COELHO, R. C. **O público e o privado na gestão pública**. 3º edição. 2014. Florianópolis: Departamento de Ciências da administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. [internet]. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145405/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20-%20O%20Publico%20e%20o%20Privado%20na%20Gestao%20Publica.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º edição. São Paulo: Atlas S. A., 2002. [internet]. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/abducassimoarune/antonio-carlos-gil-2002>>. Acesso em: 15 de jun. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca. Jacareí (SP); 2018 [internet]. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/jacarei.pdf>>. Acesso em: 15 de jun. 2018.

JACAREÍ, Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde. **Plano municipal de saúde 2014 – 2017**. 2014a. [internet]. Disponível em: <<http://www.jacarei.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Plano-Municipal-de-Sa%C3%BAde-2014.2017.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

JACAREÍ, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda. **Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos Jacareí - SP**. 2014b. [internet]. Disponível em: <<http://www.jacarei.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/76f07-arquivo-LIMPEZA-URBANA-PRODUTO-2-REV.9-VERS%C3%83O-FINAL-R1.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

JACAREÍ, Prefeitura Municipal, Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Planejamento Municipal. **Plano de mobilidade urbana de Jacareí**. 2015. [internet]. Disponível em: <<http://www.jacarei.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Plano-de-Mobilidade-Urbana-proposta-COM-AS-CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES.pdf>>. Acesso em: 09 de jun. 2018.

JACAREÍ, Prefeitura Municipal. **Início, Cidade, Conheça Jacareí**. 2018 [Site oficial do município]. [internet]. Disponível em: <<http://www.jacarei.sp.gov.br/cidade/conheca-jacarei/>>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

LANA, A. L. S. **Os Desafios da Sustentação das Associações de Moradores de Ouro Preto/MG**. Dissertação (Dissertação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) – UNA. Belo Horizonte. 2015. Disponível em <http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2017/09/Andr%C3%A9-Lu%C3%ADs-dos-Santos-Lana.pdf> . Acesso em 24 jun. 2018.

MALMEGRIN, M. L. **Redes públicas de cooperação local**. 3º edição. 2014. Florianópolis: Departamento de Ciências da administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. [internet]. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145419/1/PNAP%20-%20Modulo%20Especifico%20-%20GPM%20-%20Redes%20Publicas%20de%20Cooperacao%20Local.pdf>> Acesso em: 26 de out. 2018.

MINAS GERAIS, Ministério Público do Estado. **Associações comunitárias, guia prático e dúvidas frequentes**. 2010. [internet]. Disponível em: <<http://www.magrelacomunicacao.com.br/wp-content/uploads/2015/11/Associa%C3%A7%C3%B5es-Comunit%C3%A1rias-Guia-pr%C3%A1tico-e-d%C3%BAvidas-frequentes.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. [internet]. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%C3%A9todo-e-criatividade.pdf>> Acesso em 31 out. 2018.

PEREIRA, L. C. B. **Estado, sociedade civil e legitimidade democrática**. Lua Nova, n.36, pp.85-104, 1995. [internet]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n36/a06n36.pdf>> Acesso em: 07 de ago. 2018.

PEREIRA, L. C. B. **Cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos**. Rio de Janeiro, 208: pp. 147-181, abr./jun. 1997. [internet]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/46993/46159> > Acesso em: 20 de ago. de 2018.

PORTO, S. E. ; PORTO, L. R. I. **Home, Conheça o Bairro Villa Branca**. 2018 [site]. [internet]. Disponível em: <<http://www.sergioporto.com.br/villabranca/index.php/quem-somos>>. Acesso em: 02 de mai. 2018.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA – Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada; FJP – Fundação João Pinheiro. **Atlas do desenvolvimento humano do Brasil**. 2013a [internet]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 01 jul. de 2018.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP – Fundação João Pinheiro. **Atlas do desenvolvimento humano do Brasil**. 2013b [internet]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/jacarei_sp#idh>. Acesso em: 01 de jul. 2018.

PRADO, F. R. **A vila elevada à cidade**. Blog de Jacareí, Uma Viagem pelo Tempo. 2018 [site]. [internet]. Disponível em: <<http://blogdejacarei.com.br/blog/2013/04/20/a-vila-elevada-a-cidade/>>. Acesso em 20 jun. 2018.

SALLES, H. M. **Gestão democrática e participativa**. 2º edição. 2012. Florianópolis: Departamento de Ciências da administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. [internet]. Disponível em: <<http://cegpm.virtual.ufpb.br/wp-content/uploads/2013/07/GEST%C3%83O-DEMOCR%C3%81TICA-E-PARTICIPATIVA3.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

SEADE, Fundação. **Perfil dos Municípios Paulistas**. São Paulo; 2018 [internet]. [acesso em 10 junho 2018]. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

VITULLO, G. E. **As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes**. Opinião Pública, Campinas, vol. 12, nº 12, p. 348-377. Novembro, 2006. [internet]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n2/06.pdf>>. Acesso em: 25 de ago. de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista semi-estruturada destinada ao presidente da Associação de Moradores do bairro Villa Branca no município de Jacareí, SP.

Questionário:

- 1 – Qual era o seu interesse ao se associar a SAB (sociedade amigos de bairro) do bairro?
- 2 – Qual era a sua situação econômica e social na época em que vocês ingressaram com essa associação?
- 3 - Como a associação estava organizada na época? Tinham as pessoas que já faziam alguma coisa, mas não estavam regulares? Ou não, partiram do zero mesmo?
- 4 - E como você se tornou presidente? Em que contexto isso aconteceu?
- 5 - Atualmente quantas horas você dispense semanalmente nas suas atividades da associação?
- 6 - Quantos associados a SAB possui atualmente?
- 7 - Atualmente vocês possuem uma sede administrativa?
- 8 - Como presidente você percebe uma participação voluntária e ativa dos moradores do bairro?
- 9 - A SAB do Villa Branca promove alguma atividade permanente e/ou regular no bairro? Se sim, elas geram receitas para a associação?
- 10 - Como a SAB faz a captação de recursos para a quitação de suas despesas administrativas mensais?
- 11 - Atualmente qual é o foco da SAB Vila Branca? Na mediação entre os moradores e o Poder Público? Ou na complementação das ações da administração municipal?
- 12 - Existe um canal de comunicação entre a administração municipal e a SAB? O Poder Público desenvolve algum tipo de treinamento às SAB's ou conseguem recebe-los nas Secretarias responsáveis pela execução de serviços que vocês eventualmente precisem?
- 13 - Como presidente da SAB Vila Branca como você percebe a participação popular de outras SAB's no município? Há alguma condição que iniba a criação ou manutenção de outras SAB's?

Transcrição da entrevista: Entrevista com 29 minutos de duração, realizada em 09 de maio de 2018 com o presidente da Associação de Moradores do bairro Villa Branca no município de Jacareí, SP - senhor *Adilson dos Santos Gusmão*.

Entrevistador: Bom, vamos lá? Primeiro... qual era seu interesse ao se associar na associação de moradores do bairro?

Presidente da associação: Antes não tinha associação. Nós tínhamos vários problemas, mas não havia uma associação, então o nosso interesse era eliminar esses problemas e dar mais qualidade de vida para a comunidade e ajudar a comunidade a resolver esses problemas que haviam.

Entrevistador: Então vocês criaram a associação em qual ano?

Presidente da associação: Nós criamos a associação em... acho que a mais ou menos uns dois anos e meio ou três anos atrás.

Entrevistador: Mais ou menos em 2015?

Presidente da associação: Isso! Na verdade o início desse processo todinho começou no final do ano de 2014 e foi indo até julho de 2015.

Entrevistador: Legal!

Presidente da associação: Mais ou menos isso.

Entrevistador: Qual era a sua situação econômica e social na época em que vocês ingressaram com essa associação?

Presidente da associação: A situação econômica... eu ainda trabalhava na Jhonson... eu fui funcionário da Jhonson até um ano atrás, então eu estava tranquilo. A gente só queria trazer melhorias para o bairro e a parte econômica não tinha relação não.

Entrevistador: Legal! E como a associação estava organizada na época? Tinham as pessoas que já faziam alguma coisa, mas não estavam regulares? Ou não, partiram do zero mesmo?

Presidente da associação: Não! Na associação não tinha nada, nada, nada. Tinha sim... o movimento do pessoal que estava se preocupando com as coisas que estavam acontecendo, principalmente a gente estava tendo um problema muito sério de... questões de insegurança. Então o pessoal estava se mobilizando, querendo que acontecessem melhorias, mas também sabiam que para essa melhoria acontecer a gente precisava de criar a associação para depois impactar na parte de segurança pública. Precisavam se organizar... precisa se ter uma organização primeiro para depois... é... começar a trabalhar na melhoria do bairro.

Entrevistador: E como você se tornou presidente? Em que contexto isso aconteceu?

Presidente da associação: O contexto... foi por conhecer, por estar envolvido com todas essas pessoas, por conhecer essas pessoas que queriam melhorar e que sempre falavam: “- Oh... você que tem uma... caminhada... uma liderança”. Eles achavam que eu já tinha uma liderança no bairro, mas aí o processo foi todo normal... teve uma primeira assembleia, uma segunda assembleia, teve a votação. Normal... porém, com chapa única. Na época foi assim.

Entrevistador: Legal! Atualmente quantas horas você dispõe semanalmente nas suas atividades na associação?

Presidente da associação: Nossa... é complicada, hein? Tem semana que é bastante, viu!... pois, são várias atividades. A nossa associação está “lincada” junto com o poder público em várias situações. Nós estamos junto à prefeitura na composição do CONSEG (Conselho de Segurança)... a gente está “lincado” junto a prefeitura na composição do COMAD (Conselho Municipal Sobre Álcool e outras Drogas)... a gente está “lincado” com o COMUS (Conselho Municipal de Saúde)... a gente está junto com o Fundação PROLAR (autarquia que administra as políticas sobre habitação no município de Jacareí). Então... é... e tem a regulação de Jacareí (setor subordinado a Secretaria municipal de Saúde)... então, a gente está envolvido com a associação e com todos esses Conselhos (de direitos) para interferir e ajudar na... o município e refletir aqui na nossa sociedade também, entendeu?

Entrevistador: Sim... legal! E quantos associados a SAB possui atualmente? 03:21

Presidente da associação: Então... atualmente os nossos associados e não financeiramente, nós temos só a diretoria. Financeiramente nós não temos ninguém. E... nós estamos trabalhando em um processo futuro para a gente melhorar isso aí, e a gente conseguir recursos pelo menos para mantermos a parte de custo da associação.

Entrevistador: Legal... E atualmente vocês possuem uma sede administrativa?

Presidente da associação: Não... a sede que temos por enquanto é na minha casa, mas já está sendo regulamentado em um novo estatuto que nós estamos fazendo e aí será considerada uma sede provisória, simplesmente uma sede provisória.

Entrevistador: Legal... Como presidente você percebe uma participação voluntária e ativa dos moradores do bairro?

Presidente da associação: Voluntários são poucos. Ativos também... são poucos, porém no contexto de problema quando ocorre a parte ativa se torna maior, mas a voluntária é menor.

Entrevistador: Entendi. Apenas de maneira reativa?

Presidente da associação: Isso!... quando acontece alguma coisa a participação ocorre de maneira reativa. Aconteceu alguma coisa... aí aparece bastante gente querendo resolver o problema, entendeu? Mas, assim... estando com a gente na parte voluntária, no dia-a-dia, no trabalho que ocorre dentro da associação são poucos... são só seis ou sete pessoas que nos ajudam nessas coisas aí. Mas, é assim eles ajudam também voluntariamente dentro da associação, mas fora do horário de trabalho deles, entendeu? Precisa ver, pois talvez eles não consigam ser mais ativos também por causa do horário de trabalho também.

Entrevistador: Certo. A SAB aqui do Villa Branca promove alguma atividade permanente e/ou regular aqui no bairro? Se sim, elas geram receitas para a associação? Como a SAB está atualmente fazendo a captação de recursos para a quitação de despesas administrativas mensais?

Presidente da associação: Vamos lá? Qual foi a primeira pergunta que você fez?

Entrevistador: Sobre se a SAB promove alguma atividade permanente e/ou regular aqui no bairro? Se sim, elas geram receitas para a associação?

Presidente da associação: Certo. Nós promovemos sim. Na parte da cultura na praça central em que nós fazemos a feira de artesanato... e lá temos várias ações que acontecem dentro da feira, que são a interação... os moradores acabam interagindo, participando nesta área da cultura, tem uma área de lazer, a gente tem o artesanato junto, temos a parte social entre os moradores, tem a parte econômica e a parte cultural. Junto nós fazemos a feira de artesanato com a feira livre e esse é um trabalho da associação em que nós queremos fomentar tanto a feira livre quanto a feira de artesanato... fomentar o trabalho deles de modo geral e termos um retorno financeiro maior.

Entrevistador: Vocês visam aumentarem a circulação de pessoas também?

Presidente da associação: Isso... nós visamos aumentar a circulação de pessoas por lá. Outra... segunda pergunta?

Entrevistador: Se estas ações geram receita para a associação?

Presidente da associação: Bom... nossa associação de forma alguma trabalha com a obtenção de receita. A associação tem a ideia de termos associados que contribuam para tenhamos uma receita só para os nossos custos. Agora, qualquer outra atividade em nenhuma se gera receita para a associação.

Entrevistador: A outra questão se refere a como a SAB tem feito atualmente para a captação de recursos para o custeio dessas despesas mensais administrativas?

Presidente da associação: Atualmente poucas pessoas me ajudam. Até mesmo acaba saindo do meu bolso... até mesmo por isso nós precisamos trabalhar para uma arrecadação para a ajuda de custo de funcionamento da SAB e mais nada. Voltando a pergunta que você fez a SAB também realiza anualmente uma “Festa Junina”. Ela é feita todo o ano... e ela é feita de forma beneficente, então a nossa associação faz uma festa junina para ajudar todas as entidades que trabalham com pessoas em nossa cidade, entendeu?

Entrevistador: Sim... legal! E vocês estão indo para a terceira edição?

Presidente da associação: Não... na verdade nós estamos indo para a nossa quarta edição este ano. Quando ela começou nós não tínhamos nem a associação ainda... nós começamos sem termos a associação e depois ela alavancou. Então a gente faz uma parceria com a Univap - Universidade do Vale do Paraíba (que possui um campus no bairro) ela cede o espaço para a gente e nós colocamos as barracas lá... e sempre favorecendo que as entidades que põe lá o seu produto e vende... tudo o que ela arrecada ela leva para auxiliar as pessoas que eles atendem... que fazem um tratamento... que fazem algum trabalho por lá. Para dar um exemplo para você... como a ASPAD (Associação de Pais e Amigos do Down de Jacareí)... a APAJAC (Associação de Pais de Autistas de Jacareí) e sem visar lucro! A associação não faz nenhum tipo de atividade no bairro que gere lucro para a SAB... o que nossa associação quer é que os próprios moradores contribuam com um valor bem... simbólico, simplesmente pelo custo de operação da associação. Fora isso qualquer outro tipo de atividade a associação faz simplesmente para contribuir com a nossa cidade... ou com essas entidades ou na promoção de artesanato e cultura... essas coisas.

Entrevistador: E atualmente qual é o foco da SAB Vila Branca? Na mediação entre os moradores e o Governo? Ou na complementação das ações da administração municipal?

Presidente da associação: O foco de nossa associação é o intercâmbio entre os moradores e o poder público, tá? A gente não consegue fazer... complementar alguma coisa do poder público... a não ser aquilo que a gente precisa de trabalho... que as pessoas participem... com atitudes... hábitos que favoreçam o poder público, tá? Mas que não sejam de ordem financeira. Eu não sei se eu fui bem claro, mas eu vou dar um exemplo para você... com a Polícia Militar nós trabalhamos com a comunidade e ajudamos a contribuir com as atitudes dela que favoreçam com o policiamento, nós ajudamos a polícia... contribuimos de forma primária e isso favorece com a segurança e aí a polícia tendo este apoio da comunidade favorece em suas ações primárias de prevenção da Polícia Militar, entendeu?

Entrevistador: Sim!

Presidente da associação: E assim o bairro se torna mais seguro.

Entrevistador: Você tem algum exemplo disso?

Presidente da associação: Sim... a “Vizinhança Solidária”... que é uma ação muito importante, que aliás não funciona só... a nossa associação atua e ajuda na implantação em outros bairros do município... levando esta nossa experiência do programa “Vizinhança Solidária” em outros bairros também, entendeu? Junto com a Polícia Militar porque nós sabemos que essa é uma coisa que a associação pode ajudar... contribuir para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, mas nada envolve o investimento de dinheiro. Então neste ponto sim, agimos de modo complementar, não sei se eu fui bem claro...

Entrevistador: Sim, entendido. Basicamente vocês buscam a melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro, é isso?

Presidente da associação: Isso... nesta parte sim... a gente complementa a ação do órgão público. Mas em outras partes... assim... tomando a frente... aí não. Neste caso cabe ao poder público fazer primeiro e a comunidade trabalha com a parte de cidadania, né? É isso que eu acho que é legal.

Entrevistador: Entendi. Há o apoio da administração municipal na manutenção das atividades da SAB?

Presidente da associação: Não... eu queria entender melhor sobre o que se refere essa manutenção de atividades que você se refere.

Entrevistador: Nas atividades, por exemplo, administrativas... se existe um canal de comunicação com a administração municipal... se eles promovem algum tipo de treinamento ou se eles conseguem receber vocês nas Secretarias responsáveis por serviços que vocês eventualmente precisem?

Presidente da associação: Então eu acho que eu respondi errado... vamos inverter. A gente tem liberdade junto ao poder público para chegar em cada Secretaria Municipal... a gente tem a liberdade de expor os problemas de nossa comunidade junto a cada Secretaria, isso aí a gente tem. O retorno é que é um pouco demorado em certas Secretarias, entendeu? A gente tem umas Secretarias que dão retornos muito mais rápidos... a própria Polícia Militar tem um retorno mais rápido... mas em algumas Secretarias os retornos são mais lentos... aí gera um certo desconforto na comunidade vou dar um exemplo a você que é a capina... a gente tem a

liberdade de chegar e conversar com o Diretor ou com o Secretário do Meio Ambiente (municipal), porém o retorno é muito mais demorado do que em outras Secretarias, entendeu?

Entrevistador: Entendi. A última pergunta. Como presidente da SAB Vila Branca como você percebe a participação popular de outras SAB's no município? Há alguma condição que iniba a criação ou manutenção de outras atividades em outras SAB's? Você percebe isso?

Presidente da associação: Então... as outras SAB's... o que a gente percebe é que algumas coisas como eu falei do tipo... a lentidão no atendimento... o não esclarecimento sobre a importância de uma SAB, entendeu? Primeiro, quando o morador não tem o conhecimento da existência de uma SAB do seu bairro... que juridicamente é muito importante e que tem uma representatividade junto ao município muito grande... se o cidadão daquele bairro não sabe disso então ele não promove a SAB dentro do bairro dele. O que acontece em algumas SAB's que a gente vê? Alguns representantes ficam desestimulados com alguns retornos de algumas Secretaria (municipais) e isso desestimula o cidadão... e aí também a SAB fica nesse intercâmbio entre o poder público e o cidadão do bairro... e há uma cobrança muito grande do cidadão junto a SAB e a SAB faz esse intercâmbio com a Prefeitura, se as respostas aos problemas do bairro é muito lenta a credibilidade da SAB com o cidadão "caí por terra"... e aí o próprio presidente fica desestimulado de seguir certas atividades dentro da SAB e talvez até desista.

Entrevistador: Porque a cobrança sobre ele continua a mesa, né?

Presidente da associação: Isso!... A cobrança da população sobre a SAB é a mesma... aliás a população também cobra do poder público direto, mas a existência da SAB começa a perder credibilidade porque a pessoa começa a cobrar... a cobrar e a não ver nenhum retorno... e aí eu acho que é o seguinte... as SAB's possuem um potencial, o poder público tem que reconhecer esse potencial porque as SAB's são os parceiros da Prefeitura. Se a Prefeitura souber utilizar-se disso ele se torna um parceiro... ela sabe o intercâmbio, ela sabe pedir o para a população ter paciência... mas desde que ela tenha uma resposta deste tempo de espera... agora se não tem a resposta deste tempo não há o que se fazer, entendeu?

Entrevistador: Sim.

Presidente da associação: Quando a resolução a uma demanda é demorada, mas é programada e o presidente de uma SAB tem como responder isso para a comunidade dele ele começa a ter credibilidade, vou te dar um exemplo, suponhamos que daqui há trinta dias haverá uma capina... ou se daqui há trinta dias a Prefeitura vai colocar as placas de sinalização que o bairro precisa e ele chega na comunidade e fala que o retorno em um prazo de 30 ou 40 dias está chegando... aí a SAB ganha credibilidade. Agora se não chega essa previsão a SAB perde credibilidade. Quando o retorno para o cidadão não está definido a SAB perde credibilidade e aí vai desestimulando também presidente e a SAB inteira também, não é mesmo?

Entrevistador: Sim... com certeza. Você acredita que a administração pública podia ter algum tipo de comportamento que favorecesse a criação de novas SAB's? Seja com a criação de um canal de comunicação ou algum tipo de assessoria jurídica, enfim alguma coisa neste sentido?

Presidente da associação: Bom... eu vou dar um exemplo do que eu vejo hoje... hoje tem uma parte do Governo que é responsável por atuar nas comunidades, mas não há um link... não há uma prática de se procurar saber quem está a frente de uma comunidade ou saber qual bairro possui uma SAB, saber qual SAB está em atividade ou qual bairro tem SAB. Porque eu entendo que o poder público ainda entende que a SAB é uma fonte de concorrência com ela... que compete com ela e não é! A SAB tem que ser parceiro do Poder Público e parceiro da Comunidade... em um momento ele descobre na comunidade os problemas que estão ocorrendo... as necessidades da comunidade... e ela encaminha isso para a Prefeitura. Então a Prefeitura precisa entender que a SAB faz esse link... e aí a Prefeitura tem que dar esse "crédito" para a SAB... e como poderia ser esse "crédito"? É assim... pegar essas necessidades e programar aquilo que há de necessidade que a comunidade precisa e fazer... quando se tem essa programação, por mais que demore, o pessoal até entende. Eu vejo que não há esse entendimento. Esse papel que a SAB faz de "pegar" da comunidade e levar para o poder público eu entendo que o poder público, e não é generalizando para todas as Secretarias municipais, sente isso como uma concorrência e não é! E aí é preciso deixar claro também que as pessoas vinculadas com uma SAB, e deveria futuramente haver uma Lei sobre isso aí, ... as pessoas vinculadas com uma SAB não poderia ser ligado a algum Partido Político... ela deveria ser apartidária e no momento que tiver "partidarismo" a SAB ou que estiver a frente de uma SAB com vínculo partidário deveria ser obrigado a sair... para que não haja um link com qualquer vínculo político... Vou dar um exemplo para você, tem gente que usa a SAB como trampolim...

Entrevistador: Politico?

Presidente da Associação: Isso! Trampolim político... eu acho que nunca deve ser assim. Se o cara quer ser político eu acho que ele tem o direito de ser, porém eu acho que deve se afastar da SAB e deixar que outro pessoa assuma a SAB e aí então ele faz a parte política dele, tendo o conhecimento que é da vivência que ele teve... junto a aquela comunidade ou de outra comunidade, mas deixa a SAB trabalhar. Que nem eu tenho o meu ponto de vista... se a SAB trabalhar muito mais e tiver um foco, eu acho que o governo legislativo tem a incumbência de fazer exatamente aquilo que eles se propuseram a fazer, fiscalizar melhor... eles vão trabalhar com projetos melhores. Porque hoje se vê assim, que cada projeto parece que não foi pensado para cada comunidade, os projetos parecem que são pensados para uma disputa partidária... e a hora que eles começarem a fazer... deixar que a SAB faça seu trabalho de link entre a necessidade da comunidade com o órgão público. A SAB pode até “usar” de vereadores, mas não com o intuito dele ser partidário, mas sim podendo ser qualquer vereador podendo ser do partido que for. Eu falo para você que eu não tenho vinculo com partido nenhum...

Entrevistador: Entendo...

Presidente da Associação: E eu chego em qualquer vereador desde que eu veja que a intenção dele é boa e realmente quer resolver o problema junto comigo... que ele pode dar força para a gente resolver, mas ele não pode tomar a frente da SAB. Porque daí o que a SAB faz deixa ele... e eu acho que seria isso a política ideal futuramente... se o Brasil quer crescer... deixa o vereador fazer exatamente a função dele que é fiscalizar e fazer bons projetos. Porque o tempo em que ele fica caçando problemas dentro das comunidades ele deveria estar elaborando projetos, participando e capitando recursos para o município, entendeu?

Entrevistador: Sim...

Presidente da Associação: Agora se ficar ele... querendo aparecer... apontando a necessidade de tapar um buraco na rua... não isso deveria ser apontado pela SAB... pedindo uma capina aqui... não!... isso é SAB. No momento em que eles estão deixando os gabinetes deles para fazer este tipo de coisa... olha eles podem sentar juntos com as SAB's e elaborar com a SAB projetos bons dentro das comunidades. Eu te dou o exemplo de dentro do Vila Branca... nós chamamos um vereador aí... e aquele canteiro que fica entre as ruas José Cândido e a Rodovia

Geraldo Scavone... nós elaboramos de cabeça um... lógico que nós não colocamos no papel, mas nós elaboramos um excelente projeto urbanístico... com estacionamento, com um projeto ambientalista... quer dizer... isso aí seria assim para quem vi a ideia e sabe o que a gente já passou... se aquilo lá for implementado, a gente não vai ter mais problemas com mobilidade porque vai ter estacionamento para o comércio, então o problema com mobilidade ali a gente não vai ter. A gente vai ter uma parte ambiental muito bem feita e desenhada que vai saltar aos olhos de muita gente quando ver... e a gente precisa desse projeto desenvolvido, entendeu? Isso é parte do vereador... isso o vereador tem que buscar e se não conseguir vai junto com o prefeito... ou ele pega junto com a bancada (partidária) dele Estadual e trás recursos de emendas para fazer isso. O vereador tem essa capacidade de buscar dentro do partido dele, seja junto a um Deputado Estadual que pode trazer recursos por meio de uma emenda que pode financiar uma coisa dessa aí... e é isso que o Vereador deve fazer... e isso que eu acho que o vereador deveria ter de ideia de ficar fazendo isso. Como eu falei para você... se naquele canteiro ali nós começarmos a fazer o que nós pensamos na parte ambiental, que é muito bonito e ao mesmo tempo não é uma coisa ambiental que você coloca arbustos de qualquer jeito... você coloca os ornamentos de forma bem planejado... que não gere condição de insegurança também, tá? E ao mesmo tempo gera também um lugar em que pode todo mundo estacionar sem conflitar com a avenida... quer dizer gera mobilidade na avenida entendeu?

Entrevistador: Entendi...

Presidente da Associação: Então são coisas que eu acho que assim que devem funcionar.

Entrevistador: Legal... Adilson as questões que eu havia pensado acabaram e eu agradeço a sua participação. Tem alguma coisa que você tenha esquecido de falar e que você queira complementar sobre a SAB ou sobre a sua experiência na SAB?

Presidente da Associação: Então... eu assim, eu trabalho assim... eu tenho uma experiência em trabalhar em fábrica e “apanhei” muito em fábrica em relação em ver coisas que eu estou vendo aqui fora... e eu acho que eu “tomei” uma experiência muito grande: “bater é fácil o difícil é fazer”.

Entrevistador: Sim...

Presidente da Associação: E eu estou falando aqui sobre o que algumas Secretarias Municipais que fazem a ajudam ou não, e nós sabemos que “bater é fácil e o duro é contribuir”. Eu acho que as SAB’s precisam cobrar o Poder Público, tem que exigir do Poder Público certas coisas para a comunidade... que é a qualidade de vida, principalmente dos moradores ou os munícipes que pagam os seus impostos... então ele quer um retorno... e eu acho que o órgão público está perdendo uma grande chance e aí eu vejo nas empresas privadas, e lógico que não tem como comparar uma empresa pública com o setor privado, mas assim... na minha opinião a metodologia eu acho que dá para mudar. É... ter retorno... não precisa ser um retorno imediato, mas sim um retorno programado... “-olha... vocês estão precisando disso? – eu não consigo agora, mas em tal dia ou em um período tal eu consigo fazer isso para vocês”... O que não pode que eu acho e o que é complicado é o Poder Público não apreciar esse “link” entre a SAB e o órgão público... eles não apreciam isso.

Entrevistador: Você não vê valorização nisso?

Presidente da Associação: Não... eu não vejo! Eles até nos atendem muito bem... eles tratam você muito bem, porém eles não valorizam isso e eu acho que isso é muito importante a hora em que a Prefeitura começar a valorizar as SAB’s... porque as SAB’s e os munícipes são quem estão vivenciando o problema lá... porque quem está na SAB’s e em suas diretorias eles estão juntos com o morador passando as dificuldades ... as necessidades deles lá... então eles possuem aquela experiência de saber o lugar em que está tendo uma enchente, o lugar que está tendo um mato muito grande, o lugar que está tendo um problema com o trânsito, o lugar que está tendo atropelamentos e insegurança no trânsito, entendeu? A insegurança pública mesma, não é? Então ele está vivenciando aquilo lá e o poder público ele é centralizado... por mais que as pessoas que administrem o poder público sejam pessoas que moram em bairros também, eles não vivenciam cada momento... a SAB não ela está lá dentro da comunidade e a hora que a prefeitura e os órgãos públicos começarem a valorizar isso... e eu sinto muito forte dentro da Polícia Militar... A Polícia Militar quando você começa a levar os problemas da comunidade para ela lá... ela começa a entender que você tem noção daquilo que está acontecendo e ela começa a te ajudar. E lógico que ela te ajuda dentro daquilo que ela tem também.

Entrevistador: Sim...

Presidente da Associação: No “braço” que a PM tem e que deveria ser muito maior... infelizmente todo o órgão pública acaba trabalhando incompleto e a gente sabe que está faltando gente na Secretaria do Meio Ambiente e faltando na policia, mas eu acho que a Policia Militar ela está assim... ela está excedendo a capacidade dela de trabalhar para poder atender a comunidade.

Entrevistador: Você percebe que o envolvimento comunitário da PM é mais organizado? É isso?

Presidente da Associação: Não é apenas mais organizado... porque talvez ela não consiga... vamos falar o “português claro” aqui... tem um “vagabundo” que está roubando lá e ela não tem noção, talvez ela não tenha noção... ela pode até conhecer o bandido, mas eu acho que ela tem pouco equipamento, pouco homens, ganhando pouco, e as Leis todas contra ela, pois elas não favorecem a policia, mas ela sabe que tem um “vagabundo” lá e ela vai lá e ataca e começa a prender... ela tenta fazer o melhor de si mesmo tendo várias condições ao contrário, entendeu?

Entrevistador: Sim...

Presidente da Associação: E eu vejo outras Secretarias Municipais dentro da prefeitura, por exemplo, que poderiam fazer muito mais, entendeu? Claro que eu não quero entrar em um assunto específico, mas eu critico a Secretaria de Meio Ambiente... que é uma Secretaria e não apenas para enxergar com o foco no Meio Ambiente como ativistas... não!... Ele tem que enxergar o meio ambiente como algo social... ele tem que enxergar o meio ambiente dentro de uma cidade não dentro do “mato”.

Entrevistador: Sim...

Presidente da Associação: Porque eles enxergam o meio ambiente dentro de uma cidade, mas querendo transformar as coisas em uma “grota” um “mato”... não! Tem que fazer dentro da cidade aquilo que socialmente é responsável. Por exemplo, o Meio Ambiente tem que interagir com os problemas de Segurança Pública... não existe o cara falar que se tem um “mato” ali ou uma “grota” esse é um problemas da policia e sim do Meio Ambiente. Será que é necessário existir aquela “grota” ou aquele arbusto lá? Então socialmente o Meio ambiente precisa ser responsável também a Segurança Pública e aí eu os vejo mais como ambientalista

ou como ativistas do que interessados nas questões sociais... eles não enxergam o social, e eu acho que eles deveriam enxergar a parte social. Porque quando eles enxergam o social o social começa a enxergar o meio ambiente também, entendeu? Aí começa a praticar boas atitudes dentro da parte social e a parte social começa a contribuir em não sujar, não plantar em qualquer lugar, plantar qualquer árvore... aí o povo começa a participar. Agora quando o povo vê que o “negócio” é meio ambientalista e de qualquer jeito ele também “leva” assim... vão ensinar uma coisa errada e todas as outras crianças vão agir desse jeito, entendeu?

Entrevistador: Sim... tá legal. Então é isso Adilson, eu vou finalizar aqui, muito obrigado!

Presidente da Associação: Disponha.